



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

**Impresso
Especial**

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

... CORREIOS ...

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Ano XVI - Nº 44 - Novembro de 2007

Manifestação pelos atrasados



**Servidores dão continuidade à
luta pelo pagamento dos passivos**
Págs. 7 a 9

**Todos podemos tomar atitudes
que levem a um mundo melhor**
Págs. 2 a 3, 29 a 30

**Informatização
avança no Judiciário**
Págs. 24 a 25



Que atitude você pode tomar para mudar o mundo?

Temos muitas atitudes a tomar. A família é o principal, além de procurar ter um ambiente bom de trabalho e buscar honestidade e os seus direitos. Muita gente não faz isso. Preservar a natureza, também é importante.

Arety Araújo Leite, técnica judiciária do TRF

Uma grande atitude pode ser a promoção da leitura. Ao meu ver, a formação do leitor crítico leva ao crescimento tanto pessoal como comunitário. Ler nos faz melhor.

Osmar Arouck Ferreira, analista judiciário do TSE

O primeiro passo é a conscientização e a educação. Sem estes dois focos, nada é possível. E, também, o envolvimento das pessoas. Cada um tem que se envolver, ser consciente e avaliar as consequências da degradação do meio ambiente e dos valores morais.

João Bernardes, analista judiciário do STM

Temos muitas atitudes, mas uma das principais é a conscientização humana. Enquanto o homem estiver derrubando árvores, fazendo queimadas e destruindo a natureza não chegaremos a um mundo melhor.

Evilásio Assunção, analista judiciário da JF

A economicidade é importante. Precisamos usar os nossos recursos de forma mais sustentável, reciclando, controlando o uso da água e a exploração da natureza de um modo geral.

Rafael da Costa, técnico judiciário do TST

Se os funcionários públicos tivessem consciência de que, com o seu serviço, são uma peça obrigatória para as pessoas, o mundo seria um lugar melhor. De um modo geral, o que se recebe é fruto do que se faz.

José Roberto Neves Spinola, técnico judiciário do TRF

Preservar o que nós temos na natureza, produzir menos lixo, reciclar o que for possível. Enfim, cada um tem que se responsabilizar pelo que produz. Em outras palavras, precisamos ser mais responsáveis com o planeta.

Janete Barbosa, técnica judiciária do TSE

As pessoas devem se conscientizar sobre a importância de se preservar os recursos naturais para as futuras gerações. Embora repetitiva essa questão é muito importante para mudar o mundo e transformá-lo num lugar melhor.

Marden Ávila, técnico judiciário do TSE

Deveria haver mais solidariedade, um mundo mais humano. Paz é outra coisa muito importante. As pessoas poderiam rever seus conceitos e colocá-los em prática, em vez de ficarem só falando e os deixarem de lado.

Adriano Tyrka, técnico de segurança judiciária da JF

A principal atitude que falta nas pessoas é respeito. A partir do momento em que você tem respeito, tem tudo. As pessoas, hoje em dia, estão muito individualistas e isso é muito ruim.

Vanessa Siqueira, técnica judiciária da JF

Cuidar de cada coisa como se fosse sua, de cada espaço, de cada pedacinho deste país. O mundo só vai ser um lugar melhor quando a gente fizer disso daqui uma grande família.

Rosângela Evangelista, analista judiciária do TRF

Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo, respeitando sempre, procurando ter empatia e se colocando no lugar do outro.

Gessi Moraes Miranda, técnica judiciária do STM

Não anule seu voto, não se desfilie do seu sindicato e esqueça protestos idiotas como o final da Câmara Distrital ou do Senado. Pois só assim seremos cidadãos e não gado tangido. E, estaremos lutando por um mundo melhor.

Flávio Nogueira, técnico judiciário do STM

É preciso mais conscientização por parte de cada um, no sentido de sabermos que todos podem tomar atitudes que levam à melhoria do mundo, pois alguns acham que não podem ajudar e com isso, se acomodam sem nada fazer.

Jean Carlos, técnico judiciário do TSE

Precisa muita coisa. Lutar por menos violência, tanto em relação à conscientização propriamente, como também no sentido de evitar brigas e tentar ser mais educado com os outros.

Maria Neiva, analista judiciária aposentada do TSE

Tem que ser pela parte mais social. Se cada um der uma pequena contribuição social, fizer um pequeno trabalho voluntário num único dia de cada mês, ficaria bem consigo mesmo e ajudaria o mundo.

Rose Alves, técnica judiciária do STM



CARTAS

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
 Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
 Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
 Cleo de Oliveira Vieira (TRT)
 Jailton Manguiera de Assis (TJDF)

Coordenadores de Assuntos

Jurídicos e Trabalhistas
 Eliza de Sousa Santos Ávila (STF)
 José Oliveira Silva (TJDF)
 Newton José Cunha Brum (TST)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)
 Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
 Raimundo Nonato da Silva (STM)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noleto Costa (TSE)
 Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)
 Valdir Nunes Ferreira (MPF)

Redator responsável

TT Catalão
 Reg. Prof. 685-DF

Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

Textos

Hylida Cavalcanti
 Daniel Campos
 Fabíola Gois

Fotos

Bruno Fernandes
 Rodrigo Nunes

Projeto Gráfico

3033-5255
EXTREMA
Tiragem
 10.000 exemplares

“Fiquei animado com a matéria sobre orçamento pessoal da revista passada. Sempre tive muita dificuldade para administrar as despesas cotidianas e sou adepto de vários empréstimos. As facilidades oferecidas pelos bancos passam de paraíso para inferno em um piscar de olhos. A escolha desse tema foi primordial para que eu me conscientizasse e buscasse, com mais estímulo, uma vida financeira mais equilibrada”.

Marcos Souza

“Sou leitor assíduo do Gustavo Cerbasi na revista Você. Também li seus dois livros Dinheiro – Os Segredos de Quem Tem e Casais Inteligentes Enriquecem Juntos. Gostaria de dar os parabéns pela iniciativa de buscar um entrevistado tão atual e inserido no nosso contexto. Adorei.”

Viviane Lima

“Os passivos já se tornaram uma novela na vida dos servidores. É uma novela de longa duração. Infelizmente os tribunais não têm o mínimo empenho para tentar pagar os nossos atrasados. Fica uma sensação de que estamos mendigando quando, na verdade, estamos exigindo um direito nosso. A matéria da revista, mais do que uma prestação de contas, foi um aviso de que não estamos sozinhos nessa luta”.

Carlos Henrique

“A matéria sobre as ações para garantir o pagamento atrasado dos servidores foi o primeiro chamado para as mobilizações que aconteceram durante o mês de outubro nos tribunais. Os passivos não foram pagos até hoje porque não há força de vontade por parte dos tribunais e também por parte dos servidores. A participação nas mobilizações setoriais não foi maciça como deveria ter sido. Muitos servidores deixam de descer por achar que não vai adiantar de nada. Se todos participassem, com certeza, já teríamos recebido tudo o que estão nos devendo. Precisamos puxar a orelha dos tribunais, mas também dos servidores. Mais empenho companheiros. Mais empenho!”

Márcia Brito

“Eu não sabia que o Sindjus oferecia atendimento jurídico para as causas pessoais de seus associados. Imediatamente depois de ler a matéria da revista marquei o meu atendimento. Estava sufocado com uma causa urgente e sem dinheiro para pagar advogados particulares. E o atendimento é tão bom quanto falado na revista. O Sindjus resolveu o meu problema”.

Joana Ferreira

“Muito obrigado pela homenagem feita ao Dia do Servidor. Valeu!!! Dia 28 de outubro também é dia de vocês, sindicalistas, até mais do que nosso. E digo isso com propriedade, afinal eu conheci uma entidade sindical que realmente faz a diferença – o Sindjus. Além disso, sou filho de sindicalista. Parabéns.”

Daniel Andrade

“Moro no Entorno e sempre me senti um pouco afastado das matérias da revista que falavam da cidade de Brasília. Na edição de outubro, essa sensação mudou. É muito importante para nós, do entorno, saber que a cada dia mais pessoas e entidades voltam seus olhos para a nossa região. Quem sabe assim, nossa realidade possa mudar para melhor”.

Gustavo Prado

“A campanha Atitude, tenha a sua! chamou a minha atenção para as nossas ações do dia a dia. Eu sempre tive uma visão muito ampla sobre essa questão de mudar o mundo, mas sempre achei que essa atitude tinha de vir de governo e entidades internacionais. A campanha Atitude mostra justamente o contrário. Coloca a batata quente na nossa mão”.

Erika Rodrigues

“A TV pública é uma faca de dois gumes. De um lado, pode favorecer uma televisão mais isenta e de programação mais atraente do que a dos grandes grupos. Por outro lado, pode virar o canal oficial do governo federal, à moda de Hugo Chavez. É importante debater e refletir sobre o futuro dessa televisão”.

Maria Clara Melo

Meu filho adorou o encarte sobre o Dia das Crianças. Pintou e bordou, como diz o ditado. Fica a sugestão para o sindicato investir mais em materiais para as crianças. Quem sabe uma cartilha explicando para as crianças o que é o Judiciário, como funciona a justiça. Quem sabe assim não formaríamos uma geração mais consciente e mais atuante”.

Jacqueline Dias

Envie seus comentários ou sugestões de pauta para cartas@sindjusdf.org.br



De olho no Legislativo

Independentemente de quem é o verdadeiro interessado em enfraquecer o funcionalismo público, precisamos mostrar que não iremos aceitar a concretização dessas ameaças.

Estamos chegando ao final de um ano marcado por uma ofensiva generalizada aos direitos dos servidores públicos vinda do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. A decisão do STF de regulamentar o Direito de Greve sem tratar de garantir a negociação coletiva dos trabalhadores é, no mínimo, um retrocesso. A Constituição de 1988 garante esse direito aos trabalhadores que usam desse instrumento, justamente, porque não existe diálogo. A interferência do STF nesse tema traduz a dimensão do cerco que está sendo feito aos servidores públicos.

O momento pede para que fiquemos de olho no Legislativo, onde culminam projetos que trazem ameaças para o funcionalismo. Não podemos nos intimidar e baixar nossa guarda, ao contrário, nós precisamos ter consciência desses temas e nos unir para frear esses projetos que são verdadeiros vilões na construção de um serviço público forte e democrático.

Além de regulamentar o Direito de Greve, esse cerco, entre outras ofensivas, quer restringir os gastos com pessoal (PLP 01/07); regulamentar a previdência complementar do servidor (PL 1992/07); autorizar a criação de fundações estatais para contratação de servidores pelo regime da CLT (PLP 92/07); permitir a dispensa por insuficiência de desempenho (PLP 248/98).

Diante dessas investidas, nós precisamos ficar antenados e lutar por nossos direitos, a maioria já consolidados. O Sindjus, em várias frentes, combateu esses projetos ao longo deste ano de 2007. Mas está chegando a hora de nos unir e dizer um sonoro NÃO a todas essas ameaças. Independentemente de quem é o verdadeiro interessado em enfraquecer o funcionalismo público, precisamos mostrar que não iremos aceitar a concretização dessas ameaças.

Com esse espírito de luta e de justiça, vamos nos unir em uma grande marcha, no dia 5 de dezembro — a IV Marcha da Classe Trabalhadora. Sob a organização das principais centrais sindicais do país, inclusive da CUT, milhares de pessoas, de todas as partes do Brasil, invadirão a Esplanada dos Ministérios rumo ao Congresso Nacional para pressionar os parlamentares a votar com os servidores, com os trabalhadores. Nossas reivindicações, como em ocasiões anteriores, farão parte da marcha. Nesse momento, repleto de ameaças, só há dois caminhos a seguir: ou nos unimos, impedindo que esses projetos tomem corpo ou cruzamos os braços, ajudando na destruição das bases do funcionalismo público. Mais do que uma escolha, essa é uma atitude que pertence a cada um de nós.

**José Geraldo de Souza Junior**

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Trabalhadores Pobres e Cidadania

Num tempo de globalização econômica, de permanente revolução tecnológica, em que a criação de emprego e o próprio emprego perdem, aparentemente, o seu vínculo finalístico com o processo de criação social de riqueza, a idéia do trabalho como centralidade do sistema de produção e eixo da solidariedade democrática, passou a ser uma idéia vulnerável.

O trabalho havia sido, durante a construção da mo-

dernidade capitalista e do consenso liberal, o fator ético do próprio contrato social e a condição de acesso à cidadania e aos direitos. De fato, ao longo do século XIX e durante a segunda metade do século XX, as lutas operárias se constituíram um catalisador de conquistas sociais e o protesto operário foi, em grande parte, o garantidor da universalização de direitos civis e políticos e de conquista de novos direitos, não somente vinculados ao mundo do trabalho, mas também econômicos e sociais. Não apenas específicos para os coletivos de trabalhadores, mas universalizáveis, na sua expressão própria de direitos humanos.

Num sistema de produção e distribuição da riqueza social globalizados, com mercados livres de controles e com tecnologias que criam riquezas, mas não empregos, o trabalho entrou num nível de segmentação e de fragilização organizativa, comprimido num sistema regulatório que o fragiliza e enfraquece suas formas de organização. Estas condições, diz Boaventura de Sousa Santos, levam a uma lógica de exclusão, facilitada por mecanismos lenientes de flexibilização de garantias, levando a que, em muitos países, a maioria dos trabalhadores entrem no mercado de trabalho já desprovidos de qualquer direito.

Por essa razão, Boaventura de Sousa Santos indica

que o direito e a redescoberta democrática do mundo do trabalho são fatores cruciais para a construção de novas sociabilidades, resgatando a globalização para a solidariedade e a produção da riqueza social para uma lógica de distribuição inclusiva.

É claro que essa tarefa não se realiza sem se conceber círculos amplos de alternativas e de estratégias, como por exemplo, o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, e a sua projeção para um novo mundo possível. Mas não se realiza, também, sem um repensar das estratégias sindicais, mais politizadas na configuração de seus antagonismos sociais, mais conscientes do alcance internacional de suas reivindicações, mais engajadas na condição civilizatória das lutas que devam ser travadas por um mundo melhor, no qual, como diz Sousa Santos, nada que tenha a ver com a vida dos trabalhadores, mas também dos que não são trabalhadores de outros grupos ou movimentos sociais, seja deixado de fora de sua pauta de direitos.

Um livro muito interessante, forte nesta compreensão, acaba de ser editado pela Editora da Universidade Federal de Uberlândia (*Trabalhadores Pobres e Cidadania: a experiência da exclusão e da rebelião na construção civil*, 258 p., <http://www.edufu.ufu.br>). A autora é Nair Heloisa Bicalho de Sousa, professora da Universidade de Brasília,

onde também coordena o Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos. Ela trabalha os materiais de uma vasta pesquisa realizada de 1989 a 1992 entre operários da construção civil do Distrito Federal (DF e Entorno), Natal, João Pessoa, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, portanto, trabalhadores pobres no limite da exclusão do sistema produtivo, e discorre sobre o processo de formação do sujeito coletivo na construção civil. Com base nas suas experiências no mundo privado e nos conflitos vivenciados no cotidiano de trabalho, nos quebra-quebras e nas greves, ela constata a configuração de uma identidade de interesses compartilhados, que tornam possível a instrumentalização de uma luta coletiva pela criação de direitos.

A tese reforça o significado transformador presente na idéia de redescoberta democrática do trabalho, como condição para projetar um novo mundo possível. Ainda que empurrados para o limite da exclusão com a supressão dos direitos da cidadania, a luta operária e sindical, quando articulada à questão da justiça, abre um campo simbólico nas representações culturais da ação, para o auto-reconhecimento de um sujeito coletivo, capaz de se tornar protagonista de estratégias de alcance público que garantem legitimidade e reconhecimento para suas demandas e seu projeto de mundo.

Ao longo do século XIX e durante a segunda metade do século XX, as lutas operárias se constituíram em um catalisador de conquistas sociais e o protesto operário foi, em grande parte, o garantidor da universalização de direitos civis e políticos e de conquista de novos direitos.

"Passivos Já!"

Servidores comemoram primeiras conquistas



Servidores pediram pelo pagamento dos passivos, no ato público realizado pelo Sindjus, em frente ao STF, no último dia 31/10

O mês de outubro foi marcado por uma intensa mobilização, com o objetivo de cobrar dos tribunais diversos passivos que os servidores têm direito. Centenas de servidores do STM, do TRE, do STJ/CJF, do TJDFT, do TRT, do TRF e do STF, descontentes com a demora dos tribunais em pagar os passivos, aderiram ao calendário do Sindjus de mobilizações setoriais, que culminou em um ato em frente ao Supremo Tribunal Federal, na tarde do dia 31 de outubro.

"Passivos Já!" Sob esse grito, os servidores do Judiciário pressionaram ministros do STF e dos demais tribunais superiores para o pagamento, em caráter imediato, de todos os passivos pendentes com a categoria. Na avaliação do Sindjus, o principal avanço dessa mobilização foi o compromisso da presidente do STF, ministra Ellen Gracie, em se empenhar para conseguir pagar os passivos, o quanto antes.

"Esse calendário foi um grito de basta para os tribunais. Basta de embromação. Basta



Durante o ato, o coordenador-geral do Sindjus foi recebido pela presidente do STF, ministra Ellen Gracie, e pelo diretor-geral do Tribunal, Sérgio Pedreira

de descaso. Basta de querer sempre priorizar os magistrados e deixar os servidores em segundo plano. Com essa mobilização, conseguimos importantes vitórias e vamos conseguir ainda muito mais", afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo.

"Se não fizermos pressão, não conseguiremos o pagamento. Os tribunais não funcionam sem nós, servidores. Então, se somos necessários, também é necessário que tenhamos estes atrasados

quitados o quanto antes", afirmou a técnica judiciária Leslie Vasconcelos, do STJ.

AUDIÊNCIA COM A PRESIDENTE DO STF

Enquanto os servidores tremulavam bandeiras, exibiam faixas, apitavam e eram embalados por um protesto irreverente, misturando palavras de ordem e marchinhas, Roberto Policarpo participava de audiência com a presidente do STF, ministra Ellen Gracie, às 16h, onde expôs mais uma

vez os pleitos dos servidores e a necessidade de serem pagos todos os passivos até o dia 31 de dezembro deste ano.

Como resultado da pressão que ecoou por todo o Judiciário no mês de outubro, seja nas mobilizações setoriais ou nas vinhetas que ganharam as rádios e as televisões, a ministra determinou ao diretor-geral do Tribunal, Sérgio Pedreira, que programe uma reunião com a secretária de Orçamento da SOF e com todos os diretores dos tribunais superiores para tentar resolver a situação o quanto antes.

MAIS EMPENHO

Apesar das promessas da ministra, o coordenador do Sindjus deixou claro para Ellen Gracie que a categoria espera que ela adote a mesma postura observada em relação ao projeto do PCS, no ano passado, quando atuou como interlocutora junto ao Executivo. Policarpo pediu à ministra que converse com o Ministério do Planejamento a respeito, para garantir o crédito suplementar que permitirá estes pagamentos aos servidores.

O representante do Sindjus também solicitou à presidente que seja marcada, em breve, nova sessão administrativa do STF e que o processo administrativo, referente aos passivos dos servidores na Casa, seja incluído na pauta. Ellen Gracie ficou de colaborar com isso também, mas pediu ao Sindjus para entrar em contato com a ministra Carmem Lúcia, que é relatora do processo, o que já está sendo feito pelo sindicato.

SERVIDORES EM PRIMEIRO LUGAR

“Esta é uma luta importante, porque todo mundo está apertado e estes pagamentos

para o controle dos gastos”, criticou o coordenador-geral do sindicato.

Polcarpo se refere à grande pressão dos magistrados para que os tribunais cumpram uma decisão do Conselho Nacional de Justiça, do dia 25 de setembro. Acolhendo o pleito dos magistrados, o CNJ declarou que eles têm direito de receber os adicionais por tempo de serviço e quinquênios, até maio de 2006, embora tais verbas, desde a Lei que fixou o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (Lei 11.143, de 26 de julho de 2005), tenham sido extintas e absorvidas pelo subsídio mensal, que deve submeter-se ao teto remuneratório

constitucional.

Apesar de o CNJ não atuar como órgão jurisdicional e, portanto, não impor condenação para criar dívida de valor, a declaração do direito de crédito dos magistrados, ao se referir a todos aqueles da justiça federal e estadual e de quaisquer tribunais do país (Justiça Comum, Justiça Militar, Justiça do Trabalho), autorizou a administração dos órgãos do Poder Judiciário a promoverem o empenho, a liquidação e o pagamento desses valores, tudo de maneira administrativa.

Para evitar esse descaso com os servidores, o Sindjus, a partir do dia 16 de outubro,

mente, ao menos os 11,98% dos servidores.

RESULTADOS POSITIVOS

A manifestação no STF contou com servidores de vários tribunais, dentre os quais, do TRF, do TSE, do TRE, do TRT, da Justiça Federal, do STM, do TJDF e do próprio Supremo. Durante o calendário de mobilização, aprovado na reunião de Delegados Sindicais (5/10), importantes avanços aconteceram em vários tribunais, demonstrando que a luta está no caminho certo. Confira o resumo de algum deles.

TJDF

Diante da pressão do Sind-



O ato público contou com servidores de vários tribunais, dentre os quais, TRE, TRT, TRF, TSE, STM, TJDF e Justiça Federal, além do próprio STF

são uma boa ajuda. Sem falar que se trata de um direito legítimo nosso”. Em sintonia com o pensamento do técnico judiciário José Martins, do STF, que traduz o sentimento de indignação dos servidores, o Sindjus cobrou durante a audiência que o Supremo não execute primeiro o pagamento de pendências dos magistrados (aprovado recentemente, mediante decisão do CNJ) em detrimento dos servidores.

“Essa decisão do CNJ foi um arrumadinho feito para a magistratura. O CNJ deveria ter vergonha de fazer esse tipo de arrumadinho, já que se trata de um órgão criado

“Precisamos ter consciência de que este é apenas o começo do movimento e que nosso poder de pressão pode nos levar a conseguir o pagamento de todos os passivos que os tribunais possuem com os servidores”.

apresentou ofícios às presidências do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, do Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho, TRF da 1ª Região e outros órgãos do Poder Judiciário no Distrito Federal requerendo que estes órgãos garantam o pagamento dos créditos dos seus servidores, antes de pagar os magistrados.

Diante de Ellen Gracie, Polcarpo enfatizou que o Sindjus tem certeza que o STF possui recursos para pagar, se não todos os passivos imediata-

jus e da forte movimentação dos servidores para participar da mobilização, que aconteceria no dia 25 de outubro, o TJDF decidiu antecipar o pagamento dos passivos. Para a diretora do Sindjus, Sheila Tinoco, o intenso trabalho de mobilização, que uniu os servidores do Tribunal, foi coroado na véspera da mobilização com a liberação de parte do pagamento dos atrasados aos servidores. “O pagamento foi resultado da nossa mobilização, isso é questionável. Já havíamos feito uma reunião com a Diretoria Geral cobrando os passivos. A nossa pressão deu resultado”, frisou

Sheila. Foram pagas parcelas referentes aos quintos, ao reenquadramento e ao auxílio pré-escolar (exercício 2003/2004), entre outros.

Para Jailton Assis, também diretor do Sindjus, a repercussão da decisão do TJDFT antecipar o pagamento, diante da mobilização, foi muito boa dentro do Tribunal. "Os servidores estão conscientes de que só por meio da participação de todos é que garantimos nossas conquistas. Para os servidores do TJDFT, a mobilização deve ser permanente".

STJ

O Superior Tribunal de Justiça pagou aos servidores os

que não podem ser preteridos diante do pagamento aos magistrados. A categoria espera que o sindicato continue pressionado, porque a quantia recebida pelos servidores, até agora, foi muito pequena", destacou Berilo.

STM

O presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Henrique Marini e Souza, se reuniu pouco depois da mobilização no Tribunal (9/10) com o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, a quem chamou para conversar sobre os passivos que o órgão possui com os servidores e demais demandas pertinentes à cate-

"Essa decisão do CNJ foi um arrumadinho feito para a magistratura. O CNJ deveria ter vergonha de fazer esse tipo de arrumadinho, já que se trata de um órgão criado para o controle dos gastos".

praticamente nada".

A LUTA NÃO ACABOU

"Temos que ter consciência de que este é apenas o começo do movimento e que nosso poder de pressão pode nos levar a conseguir o pagamento de todos os passivos que os tribunais possuem com os servidores", afirmou Roberto Policarpo, durante a grande mobilização em frente ao STF. Embora alguns avanços já possam ser comemorados, a luta não pode esmorecer. Estamos no caminho certo, mas a luta não está ganha. Há ainda muito mais a ser conquistado.

Conseguimos a audiência com a ministra Ellen Gracie.



Servidores na mobilização do Sindjus que cobrou do STF: "Passivos Já"

juros moratórios (1% ao mês) decorrentes da diferença de 11,98%. Conforme o entendimento do sindicato, esse pagamento mostra que o STJ cedeu à pressão feita pelos servidores ao longo do mês. Mas muitas pendências ainda precisam ser conquistadas, inclusive, outras parcelas dos 11,98%. Para Berilo Leão, diretor do Sindjus, a mobilização no STJ foi importante e oportuna, porque chamou a atenção da categoria e criou um debate entre os servidores, no sentido de exigir os seus direitos e cobrar a ordem cronológica dos passivos. "Há um sentimento muito grande por parte dos servidores de

goria. A reunião foi entendida, claramente, como um reflexo da mobilização realizada horas antes, naquele Tribunal - programada pelo sindicato - quando os servidores demonstraram engajamento e disposição de lutar pelo pagamento das pendências. Diante da força da mobilização, que contou com mais de cem servidores, o ministro Marini e Souza disse que está buscando recursos junto ao Executivo, na forma de crédito suplementar, que podem vir a sair no período entre novembro e dezembro próximos.

TRT

No dia 23 de outubro,

os servidores cobraram da presidente do TRT, juíza Flávia Falcão, o pagamento de vários passivos, tais como os 11,98%, os quintos, o reenquadramento - conforme estabelece o último PCS - e o pagamento do adicional de qualificação. Para o diretor do Sindjus, Cleto Oliveira, "Os servidores atenderam ao chamado do sindicato e pressionaram o TRT para que o órgão se empenhe mais na busca por recursos, já que esses vêm do Tribunal Superior do Trabalho. O TST já pagou praticamente todos os atrasados aos seus servidores e o TRT, até agora, não pagou

Ela prometeu resolver a situação dos passivos o mais rápido possível, mas agora temos de acompanhar a efetivação dessa promessa. Vamos continuar cobrando do STF para que os atrasados sejam pagos a todos os servidores. Para isso, novas mobilizações serão realizadas em novembro, até ser efetuado o pagamento de todas as pendências existentes. O objetivo do Sindjus é que todos os passivos sejam pagos até o final deste ano. Fique atento ao nosso calendário de mobilizações para o mês de novembro. Participe! Vamos lutar por algo que é nosso por direito. "Passivos Já!"

2008 será um ano de combate à dor feminina

As mulheres que estão cansadas de ouvir “pare de frescura” toda vez que sentem uma cólica, agora têm como justificar sua sensibilidade. Estudos mostram que a mulher sente mais dor durante a vida do que o homem e que as dores são mais crônicas. No entanto, não há um tratamento diferenciado. Essa conclusão levou uma associação internacional a atribuir a 2008 o título de ano de combate à dor feminina, querendo conscientizar a população sobre esse cenário e impulsionar pesquisas científicas voltadas especificamente para a saúde feminina.

A Associação Internacional para o Estudo da Dor - (IASP, na sigla em inglês) anunciou que o próximo ano será dedicado à conscientização do impacto das dores crônicas em mulheres do mundo inteiro, por meio da campanha internacional “Mulheres de verdade, dores de verdade”. A iniciativa visa chamar a atenção para a falta de conhecimento sobre questões relativas à dor feminina e disparidades no tratamento e na pesquisa.

Acredita-se que essa maneira diferente das mulheres sentirem dor se deva a vários fatores genéticos, hormonais e até mesmo farmacológicos, já que, durante anos, as pesquisas médicas tiveram como base as populações masculinas. De acordo com um relatório da revista *Plastic and Reconstructive Surgery*, o que leva as mulheres a sentirem mais dores é o fato de terem um maior número de nervos receptores. Normalmente a mulher possui 34 fibras nervosas por centímetro quadrado na pele do rosto. O normal masculino é de apenas 17 fibras nervosas. Essa diferença faz com que as mulheres experi-



mentem a dor mais intensamente que os homens, requerendo técnicas cirúrgicas, tratamentos, ou dosagem de medicamentos diferentes para controlar suas dores e fazê-las sentirem-se confortáveis.

Entre os problemas de dor crônica que mais afetam as mulheres estão a fibromialgia (dor crônica que ataca os músculos e tendões em pontos específicos do corpo), síndrome do cólon irritável (SCI), artrite reumatóide, osteoartrite, dor pélvica crônica, alterações da junta têmporo-mandibular e enxaquecas. Segundo a pesquisa, existem também obstáculos econômicos e culturais, como o acesso precário à assistência médica nos países pobres, a crença em algumas culturas de que a dor e o sofrimento “fazem parte” do papel da mulher na sociedade, a resistência ao tratamento com um médico homem – que pode causar constrangimento –, além de situações em que os próprios

profissionais da saúde não acreditam que a dor seja real.

UMA PREOCUPAÇÃO REAL

A iniciativa de dedicar o ano de 2008 para o combate à dor feminina acontece em sintonia com diversas pesquisas que alertam para os riscos de doença em mulheres. Um estudo da Universidade de Oxford, divulgado no início de novembro, concluiu que cerca de seis mil mulheres de meia-idade ou idosas da Grã-Bretanha desenvolvem câncer por causa do excesso de peso. Ou seja, a obesidade aumenta o risco de câncer em mulheres.

A pesquisa aponta que a obesidade responde por 50% dos casos de câncer do útero e de um tipo de câncer do esôfago. Os cientistas examinaram a incidência do câncer em 1,2 milhão de mulheres, com idades entre 50 e 64 anos, durante sete anos. Mais de 45 mil casos de câncer e 17 mil mortes decorrentes da doença ocorreram neste

período. Essa pesquisa é um indicador de como focar estudos para as dores em mulheres será importante para conseguir avanços nos tratamentos.

Por exemplo, esse estudo mostra que o sobrepeso tem um impacto maior no risco para alguns tipos de câncer. Desses seis mil novos casos de câncer a cada ano por causa da obesidade, 60% correspondem à mama ou a útero. A pesquisa também indica que a ligação entre o peso e o risco da doença depende do estágio da vida da mulher.

No caso do câncer de mama, o risco de câncer por causa da obesidade aumenta apenas depois da menopausa. Em contrapartida, o risco para o câncer de intestino é maior antes deste período. O estudo deixa bem evidente a mensagem de que investir em um estilo de vida mais saudável possibilita colher uma vida mais longa e menos traumática no futuro. Por tudo isso, vamos ficar de olho em 2008.

“O racismo dói no corpo e na alma”

Daniel Campos



Para a juíza, o Judiciário brasileiro deu contribuição pequena para pôr fim à escravidão

Aos nove anos, uma menina negra chega à escola, tendo nas mãos o material para a aula de desenho. O professor, branco e ríspido, ruge dizendo que não foi aquilo que ele mandou comprar. Acuada na carteira, a menina responde que aquilo era o que seus pais, uma lavadeira e um motorneiro de bonde, puderam comprar. Sem pestanejar, o professor sugeriu que ela deixasse a escola e fosse aprender a fazer uma boa feijoada na cozinha de uma branca. Por um instante, silêncio. Em todos os outros, o riso, o deboche, o preconceito, o desrespeito, a discriminação, cada qual com um som mais ensurdecador que o outro ecoando pela sala.

A menina, com voz embargada, afirmou que o lugar dela era na escola porque, quando crescesse, seria juíza para impedir

que outros sentissem aquela dor. Naquela pouca idade, ela sentia o furor, o peso, a intensidade daquela violência, mas ainda não sabia o nome daquilo tudo. O nome? Racismo. Daquele momento em diante, a semente da justiça estava lançada naquela menina feita de sonhos, sentimentos e atitudes negras.

O historiador e jurista Joaquim Nabuco costumava dizer que no Brasil existe uma obra difícil de destruir. A menina cresceu, tornou-se juíza e hoje, aos 65 anos, confessa que o nosso Judiciário deu uma contribuição muito pequena ao longo de sua história para colocar fim a essa obra chamada escravidão.

A LEI ÁUREA FOI UMA FARSA

“Eu sinto na pele a dor da

“Por ser negra e assumir a minha cor, seja nas minhas roupas ou nas minhas ideologias, ninguém acredita que sou juíza (...). Como não conseguiram me matar fisicamente, tentaram de outro jeito. Fui jogada no ostracismo. Fecharam-me todas as portas dentro do Judiciário”

discriminação racial. Foram várias às vezes em que advogados pediram o cancelamento de audiências, ao saber que a juíza não era branca. Para mim, o pior dia dos negros brasileiros foi 14 de maio de 1888. No dia 13, os brancos viraram para os negros e disseram: vocês estão livres. Mas livres para ir aonde, trabalhar no quê? Onde iriam morar? Uma princesa branca decreta a Lei Áurea, mas ninguém se pergunta o que os negros iriam comer e vestir. Áurea vem de ouro, magnífico, feliz... É triste saber que nem a lei criada para libertar o negro preocupou-se com sua felicidade.” Enfatizou a menina, hoje juíza.

Misture os preconceitos existentes diante da imagem de uma mulher, de uma negra, de uma divorciada, de uma pessoa de origem humilde, de uma nordestina e o resultado tem o mesmo nome daquela menina que aos nove anos foi humilhada pelo professor. A menina? Luislinda Santos. Mas, em se tratando daquela baiana de sorriso farto e cabelos rastafari, podemos chamá-la de Luislinda de Todos os Santos. Nada mais coerente, posto que a fé nos estudos, no trabalho, na humanidade e na justiça sempre moveu e alimentou essa juíza que é tão negra quão perseguida.

A revista do Sindjus, em uma entrevista exclusiva, foi se encontrar com Luislinda Dias Valois Santos, escolhida pelo governo para representar a mulher brasileira no Fórum do Mercosul e que até hoje é vítima do preconceito racial. Essa

matéria é o resultado de uma conversa franca, olho no olho, regada à emoção. A publicação desta entrevista no mês da Consciência Negra não é um simples acaso. Estamos vivendo a campanha "Atitude, tenha a sua!" e queremos acender a chama para a conscientização de um Brasil, ainda racista, dentro e fora do Judiciário. Ao lançar os pensamentos e resgatar um pouco da história de Luislinda, nós, negros, brancos ou amarelos, devemos nos inspirar na força de vontade, na luta, no orgulho de alguém que luta por uma nova realidade. Mais do que uma entrevista, essa matéria é uma denúncia. Uma denúncia social que implora por uma atitude.

REALIDADE NUA E CRUA

No ano de 1942, nascem o beattle inglês Paul McCartney, o estilista norte-americano Calvin Klein e a escritora chilena Isabel Allende. No mesmo ano, no Brasil de baixo, das mãos negras de uma parteira nasce, na negra Salvador, aquela que seria, anos mais tarde, a única juíza negra brasileira a discursar na ONU. Ao nascer, aquela menina negra chorou um choro negro nos braços negros de uma periferia negra chamada Brasil.

Sua juventude não foi nada diferente da enfrentada por muitos outros negros, em um país onde o salário de um deles é a metade do de um branco. Luislinda catou marisco, nas ondas do mar para levar dinheiro prá casa; engrossou muita água com farinha para acalmar o estômago; esfregou chão; esquentou sua barriga nas brasas do fogão à lenha; bateu roupa na beira do rio; cuidou dos irmãos depois da morte prematura da mãe. Luislinda foi crescendo, lutando e aprendendo, a duras penas, que havia duas Bahias, dois Brasis, dois mundos. Um dos brancos e outro, dos negros.

Essa diferença sempre instigou sua sede por justiça. Aquele professor foi só a primeira de inúmeras situações de preconceito vividas por aquela mulher que nunca deixou de estudar. Seus três irmãos se formaram em engenharia, enquanto ela buscou em outras ciências o combate aos números da exclusão racial. A mulher que morou boa parte de sua infância em uma casa de sapê, se formou em Filosofia e depois em Direito, sendo aprovada em 1º lugar no primeiro concurso público que fez. A menina se tornou Procuradora.

Mas seria preciso mais que esforço e dedicação para um negro ser respeitado como tal. As forças políticas de uma Bahia dominada por coronéis brancos manobram e mandaram a juíza para Curitiba, onde ela fez carreira, sem desistir do sonho. Anos depois de ser "exilada" no Paraná, foi aprovada, novamente em concurso público, para a magistratura da Bahia. Voltou aos prantos. Era hora de cumprir aquela promessa feita, a si mesma, diante do professor da aula de desenho. E a principal mudança não seria trocar o clima fresco de Curitiba pelos 43° do Sertão. Mas a que viria do choque social.

MINORIA NÃO, MAIORIA SIM

As forças políticas da Bahia novamente disseram a Luislinda o peso de ser negra em um país dominado por brancos. Embora estivesse no topo da lista dos aprovados, foi colocada em uma comarca sem luz, telefone e água encanada. A energia elétrica, quando chegou, era movida por um gerador, que funcionava apenas até as 21 horas. Depois, chegou um orelhão. Era dali, de um orelhão no meio de uma rua de terra batida, que ela realizava parte de seu trabalho e tentava buscar ajuda para aquele povo sofrido.

"Quando comecei a trazer mudanças para a vida da população, transferiram-me para outra comarca. Lá, avisaram-me, de pronto, que eu seria morta pelos donos da região. Na verdade, queriam que me matassem. E lá estava eu, entre os donos do gado e os que não tinham o gosto de ter um pedaço de carne no prato. Mesmo não sendo aceita como mulher e negra dentre os poderosos, decidi que iria erguer um Fórum naquela terra, onde a lei era à bala. Quando inaugurei o Fórum, fui transferida. Agora, para a capital".

Quando Luislinda voltou a Salvador, teve a certeza de que sua missão por aqueles negros e pobres, chamados de minoria, estava apenas começando. Minoria? Só em Salvador, 89%

da população é negra. A média brasileira é de 48%. E, segundo a juíza, esses números são ainda mais elevados em razão da vergonha de se declarar da cor negra diante dos pesquisadores do IBGE.

"Não admito a hipocrisia de que o negro ou o pobre ou a mulher é minoria. Minoria tem uma idéia pejorativa, de fraqueza social. E essa idéia fortalece o preconceito que já está enraizado em nossa sociedade. Por ser negra e assumir a minha cor, seja nas minhas roupas ou nas minhas ideologias, ninguém acredita que sou juíza. É revoltante você entrar em um banco e ser visto como um ladrão. Recentemente, aconteceu comigo. Se meu filho não chega a tempo, dois seguranças de um banco teriam me jogado no chão e me espancado".

UM NOVO JEITO DE FAZER JUSTIÇA

Luislinda nunca acreditou na justiça tardia. Por isso, foi fazer um curso na Austrália sobre justiça célere. Pagou em vinte e quatro prestações. Quando voltou e aplicou os ensinamentos, a juíza causou espanto. O cidadão dava queixa, já agendava a audiência de conciliação que, se existisse, era homologada de imediato. Caso não houvesse acordo entre as partes, a juíza fazia a instrução do processo e declarava

"Nos outros poderes as portas se abriram antes. Já há um número, ainda pequeno, mas concreto de deputados e ministros negros. O Judiciário ainda resiste. O Joaquim Barbosa, do STF, é o início de uma mudança tardia"



Luislinda nunca acreditou na Justiça tardia

a sentença dali a alguns minutos. Em um só dia o cidadão via o seu processo resolvido.

Ao contrário de solução, isso causou problemas com autoridades locais. "Fui questionada várias vezes sobre o meu interesse, o que eu ganhava com a justiça rápida, quanto eu estava recebendo para julgar aquele processo rápido. Eu deixei de dar lucro para muita gente que se beneficia da demora da justiça. Eu fazia uma média de cinquenta mediações por dia e é claro que isso não agradava aos poderosos".

No ano de 2003, caiu nas mãos da juíza um processo envolvendo uma negra doméstica e a principal rede de supermercados da Bahia. A ré? É claro que era a negra. A acusação? O roubo de um frango e de dois sabonetes. Agredida física e moralmente pelos seguranças e pelo gerente do supermercado, a mulher de menos de 1,30m de altura, chorava. Eles a espancaram para que ela confessasse o roubo. Mas como ela iria confessar se não tinha feito? "Ela perguntou o porquê da acusação e eles diziam: porque você é negra. O processo provou que ela era inocente. Eu dei a sentença e fui ameaçada de morte. Perdi a conta de quantas vezes fui ameaçada. Se um dia eu for morta, todos podem ter a certeza de que o assassino é o racismo. Porque o racismo é de carne e osso."

"Como não conseguiram me matar fisicamente, tentaram de outro jeito. Fui jogada no ostracismo. Fecharam-me todas as portas dentro do Judiciário. Eu continuei a minha luta e comeci a fazer minhas audiências na periferia, nas comunidades mais pobres, nas favelas, nos alagados, nos quilombos. Sempre fui tida como uma juíza menor. Para provar isso, basta dizer que sou uma das mais antigas da magistratura de Salvador e, até hoje, não me deixaram ser desembargadora".



"O ACM e o carlismo criaram uma série de dificuldades em minha vida, muitos momentos constrangedores, mas o problema maior está dentro do Judiciário. Todo mundo diz que não é racista, mas o preconceito é velado. Eu sempre digo: vire negro por vinte e quatro horas e depois me conte se existe ou não preconceito"

A juíza suspira, leva os olhos para longe e continua. "Se eu colocar num papel as vezes que me habilitei a esse cargo, o cumprimento da folha

A juíza destaca: "Não admito a hipocrisia"

ultrapassa um metro. Nunca recebi um voto sequer. A justificativa que ninguém tem coragem de falar oficialmente, mas que está nos olhos de todos é uma só: nós não queremos uma desembargadora negra. No Executivo e no Legislativo as portas se abriram antes. Já há um número, ainda pequeno, mas concreto de deputados e ministros negros. O Judiciário ainda resiste. O Joaquim Barbosa, do STF, é o início de uma mudança tardia".

RECONHECIMENTO

Em todos os tribunais por onde passa, Luislinda diz em alto e bom som que é negra, da periferia, mulher, divorciada e nordestina. Muitos servidores se fortalecem quando escutam isso, porque se identificam, mas os magistrados fazem questão de ignorá-la e se fazem de surdos e cegos diante de suas inovações. Por isso, o reconhecimento pelo seu trabalho vem de fora da Corte.

Em Brasília, a juíza recebeu um prêmio como a magistrada que mais resolveu processos por mediação. Em São Paulo, recebeu um prêmio por sua

colaboração com o desenvolvimento do Planeta. Foi escolhida pelo governo do Paraná para representar a mulher brasileira no Fórum do Mercosul. É a única juíza convidada a fazer palestras pela ONU e a receber a comenda Zumbi dos Palmares.

Nenhum desses prêmios emociona mais a juíza do que a resposta da população. "Quando chego aos quilombos, aquele povo descalço me convida para entrar em seus barracos e, na brasa de um fogo improvisado, faz café, assa peixe. Eles se sentem à vontade vendo uma juíza andar com cabelo rastafari no meio deles. Muitos não procuram a justiça porque não têm roupa, não têm perfume, não sabem falar direito, têm medo de serem presos, não sabem escrever, acham-se perdedores por natureza. A conclusão explícita é que a população não se enxerga no rosto do Judiciário brasileiro".

O JUDICIÁRIO TEM QUE IR AO POVO

"Estamos na era da humanidade constitucional. Devemos expandir a nossa visão, ver

de onde vem o réu, nos perguntar a razão de suas atitudes, onde e como nasceu. Essas perguntas não estão naqueles livros que enfeitam as estantes dos gabinetes. Se as pessoas não chegam ao Judiciário, o Judiciário tem que ir até elas”.

Foi com esse pensamento que Luislinda criou o Juizado marítimo. “Estava na feira de São Joaquim, comprando mariscos, e perguntei o nome da mulher que vendia a lambreta (era esse o nome do marisco). Ela disse que era Maria. Maria do quê? Maria, Maria... Quando apertei a mão dela, senti um ralo de coco, fruto de tanto catar marisco na areia. Maria era trabalhadora, velha, negra, pobre, mulher e não-cidadã. A Marinha me cedeu um barco e eu passei a percorrer o povoado daquelas 12 ilhas, levando justiça a quem nunca havia entrado num tribunal, num cartório, num fórum”.

“Criei também a Justiça Bairro a Bairro para atender a população de baixa renda. Eu transferi meu gabinete para um ônibus, que sacolejava pelas vielas da miséria e parava nos bairros para atender a população. Coloquei também duas carretas para atendimento jurídico em Feira de Santana. Instalei o primeiro Juizado de Combate à Violência Contra a Mulher, em Salvador. Lá, tive o prazer de ver aquelas mulheres de olho roxo, de cortes de navalha no rosto, de braços engessados, encontrarem amparo na justiça”.

“Levei o Judiciário para a escola com o projeto Justiça, Escola e Cidadania. A cada rodada do projeto, selecionávamos duas escolas públicas e durante dois dias, essas escolas tinham serviço de cidadania e justiça, com atendimento e palestras. No último dia, os alunos ganhavam cesta básica, computador, liquidificador, freezer, ferro de passar, de acordo com a necessidade de cada

comunidade. Eu nunca tive vergonha de sair às ruas pedindo doações para os mais pobres. Eu já fiz parcerias com igrejas de todos os credos, bancos, universidades e deputados, porque a magistratura, em sua maioria, insiste em não descer do pedestal para olhar os menos favorecidos, e eu não sou rica. Aliás, o juiz não pode ser rico. O juiz é um funcionário público, como tantos outros, com suas responsabilidades e deveres, e não um empresário. Justiça não é um negócio, é uma tarefa árdua e diária. Ser juiz é atender quem está mal cheiroso, mal vestido”.

Em 2003, a juíza Luislinda implantou o projeto Balcão de Justiça e Cidadania, que além de oferecer serviços jurisdicionais, tem projetos voltados para a inclusão, para a cidadania. Esse projeto ganhou reconhecimento da mídia, por ser o caminho para uma Justiça mais popular, mais humana, mais ampla e menos burocratizada.

A CADA DIA, UMA NOVA LUTA

“Conforme eu criava, implantava e desenvolvia os projetos, tiravam-me da coordenação deles e abortavam, assim, a esperança de justiça que já havia se espalhado pela comunidade. Tenho sofrido bastante e acho que não merecia passar um terço do que eu passo”. A mulher de sorriso farto deixa lágrimas escorrerem pelo seu rosto de olhos esverdeados. “Vou fazer cinquenta anos de serviço público e ainda não sou respeitada. O Brasil prefere gastar muito dinheiro, trazendo gente da Europa para fazer mediação e me deixar de fora. Será que é porque eu conheço a realidade da periferia como a palma da minha mão? Será que é porque eu vim de lá?”

Nunca quiseram implantar

seu projeto Inclua na Educação e Exclua da Prisão, voltado para detentos. “Quando a gente

entra na penitenciária, o que a gente vê são cabelos carapinha, pele negra, jovens de menos de vinte e cinco anos com pedaços de sandália nos pés. Muitos estão ali sem necessidade. Nós estamos perdendo mais de 100 jovens negros por final de semana na periferia de Salvador. São 15 homicídios, mas os que morrem são muito mais. Morre quem morreu de fato, quem matou e a família das vítimas e do assassino”.

E as inovações não param por aí. “Estruturei um projeto chamado a Justiça no Velho Chico. Juizados seriam criados às margens do rio e consegui um barco para percorrermos o Velho Chico da nascente em Pirapora (MG) até Juazeiro (BA). Consegui patrocínio para esse projeto que ia cuidar da justiça,

“Essa campanha Atitude do Sindjus é ótima porque cada um tem de fazer a sua parte. Não podemos esperar que a construção de um mundo melhor venha de cima. Eu vou arrecadando livros, especialmente sobre Direito, e distribuo na periferia. Dou palestras em galpões, em praça pública, em associações de moradores sobre assuntos palpáveis.”



desde o nascimento à morte do cidadão ribeirinho, mas também não me deixaram fazer”.

“Andando pelas comunidades, testemunhei o grande número de pessoas com desejo de casar de papel passado sem ter dinheiro para isso. Organizei, e organizo até hoje, vários casamentos coletivos. Compro flores, tapete vermelho, pago as certidões, porém, na hora de celebrar, sou trocada por juizes brancos. Sempre dizem que não é o meu momento. E eu pergunto: quando é que vai ser o momento do negro no Brasil? Quando?”

Recentemente, Luislinda se candidatou à vaga de Sepúlveda Pertence ao Supremo e seu nome sequer constou na lista dos pretendentes. “Quando fui fazer a minha inscrição no

Ministério da Justiça, os servidores ficaram espantados com o meu currículo, mas o que ganhei foi descaso e discriminação. Desafio uma realidade, onde os servidores negros entram no Judiciário por concurso público, mas são barrados para os cargos mais altos, que são distribuídos por indicações políticas”.

PERSEGUIÇÃO

“O ACM criou uma série de dificuldades na minha vida, muitos momentos constrangedores, mas o problema maior está dentro do Judiciário. Todo mundo diz que não é racista, mas o preconceito é velado. Eu sempre digo: vire negro por vinte e quatro horas e depois me conte se existe

ou não preconceito. Pode ser flanelinha ou juiz, o preconceito é o mesmo. E só a educação pode mudar esse cenário”.

“Essa campanha Atitude do Sindjus é ótima, porque cada um tem de fazer a sua parte. Não podemos esperar que a construção de um mundo melhor venha de cima. Eu vou arrecadando livros, especialmente sobre Direito, e distribuo na periferia. Dou palestras em galpões, em praça pública, em associações de moradores sobre assuntos palpáveis, como Direito Criminal, do Consumidor, Constitucional. Os nossos magistrados precisam deixar de ficar falando de positivismo, de Montesquieu diante dos negros, que sem oportunidade, ou morrem ou matam. É preciso levar a Justiça para perto dos menos favorecidos e não os afastar de seus direitos. Agora, estou distribuindo o Estatuto do Idoso nas paradas de ônibus de Salvador. O velho ainda sofre, e muito, no nosso país. Cuidam do idoso, que é o rótulo da elite da terceira idade, mas se esquecem do velho que é o pobre da periferia. A lei só no papel é bonita, mas e daí? Ela precisa ser conhecida, compreendida e aplicada”.

“Quanto mais negros entrarem para a escola, formarem-se em Direito, mais chance teremos de mudar a política, a visão, o Judiciário desse país. Sou a favor das cotas para o ingresso nas universidades, nos concursos públicos e na magistratura. Até a indicação política, que devia ser banida do nosso país, deve levar em conta essas cotas. Mas sou a favor de cotas temporárias. Precisamos equilibrar a situação e não criarmos um assistencialismo eterno. Os negros, os pobres, as mulheres, todos têm potencial, desde que em iguais condições de competição”.

“Essas condições não existem hoje. O negro vem da peri-

feria, debaixo de sol, de chuva, sem roupa digna, sem tomar café, em ônibus ou trens lotados, sendo humilhado pelas propagandas na TV de marcas que não pode comprar. Tudo isso reflete no aproveitamento da criança negra que chega à escola com potencial reduzido e ainda é vítima de piadinhas preconceituosas”.

Uma nova geração, segundo especialistas, demora 40 anos para se formar. Talvez seja esse o tempo médio da vigência das cotas na visão da juíza. Hoje, segundo a AMB, menos de 1% dos juizes são negros. “Eu quero viver o suficiente para ver ministros da Fazenda, da Educação, de Relações Exteriores, Embaixadores e Procuradores negros. Essa revolução, inclusive na magistratura, só se dará por meio da educação. Nós temos muitos outros Joaquins Barbosas, em várias áreas, esquecidos nesse imenso Brasil”.

“O meu sonho? Queria apenas continuar trabalhando para incentivar as pessoas negras e mais pobres a lutarem por seus direitos. Não tenho pretensões de ser uma justiceira, mas me sinto um pouco mãe dessa gente. E mãe, por natureza, cuida. Eu tenho um filho, negro, que é promotor de justiça em Sergipe, mas muitos da periferia também me chamam de mãe”. É com esse sentimento que aquela mulher de aparência frágil enfrenta o preconceito, com a força de Xangô (orixá da justiça), e vai caminhando por um Brasil tortuoso que nega o espelho ao se enxergar, equivocadamente, como branco caucasiano. “O nosso país não é só branco, como também não é só negro. Mas um dia ainda vão entender isso. Tenho muita fé nisso. Por isso, vou caminhando e abraçando todo mundo, afinal meu coração é muito grande e não se cansa de ter esperança”.

“Vou fazer 50 anos de serviço público e ainda não sou respeitada”



Um festival de cinema que pensa

TT Catalão

Novembro é o tradicional mês do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Neste ano é a 40ª edição. Somente de 1972 a 74 o Festival foi interrompido pela pressão da ditadura, que nunca suportou a marca de ousadia do Festival nascido, dentro da UnB, com a Semana de Cinema, criada pelo mestre da crítica Paulo Emílio Salles Gomes, em 1965.

A Universidade de Brasília, além da sua missão de ensino formal, foi criada para manter um diálogo permanente com a Capital. Darcy Ribeiro sabia que uma cidade sem tradições, construída em poucos anos de árduo trabalho candango, precisava de um monitoramento inicial para instalar o processo de pensamento e criação artística. Ferreira Gullar, como pioneiro na diretoria da Fundação Cultural do DF, é um exemplo dessa busca de ligação entre as cabeças da vanguarda nacional e a nova cidade em seus primeiros anos. Inúmeras atividades nasceram dessa ligação entre a UnB e a Capital, mas o destaque fica para o Festival de Cinema.

O Festival representa na vida da cidade a possibilidade de encontro, manifestação livre de opinião e desabafo geral — principalmente nos anos da ditadura. Quando a Capital estava asfíxiada e sob rígido controle, o Festival explodia como escape com suas longas filas que criavam atrações e *performances*, tanto dentro

quanto fora da sala do Cine Brasília. Este misto de público politizado, exigente e sem restrições na hora de mostrar que aprova ou detesta um filme, criou a legenda do Festival de Brasília como sinal aceso de paixão. Nacionalmente ele é reconhecido como um caldeirão nervoso e o que mais abre espaço para reflexão em eventos paralelos e boas polêmicas estéticas.

Eis a herança da cidade-utopia em que a Universidade encontraria o povo, feito combustível inflável de mudanças. São marcantes os seminários do Festival de Brasília que apontam caminhos e realizam revisões críticas de políticas para produtores, cineastas, distribuidores, técnicos e novos realizadores em estado incandescente de discussão do cinema brasileiro. Manifestos, comitês de luta exigindo políticas de apoio, leis de incentivos, políticas gerais para a economia criativa, direitos,

equipamentos, oficinas, fortalecimento da indústria cinematográfica compõem o Festival com a mesma intensidade das mostras propriamente ditas.

PAULO EMÍLIO

Este ano, o Festival inicia dia 20 vai até 27 e novembro, no Cine Brasília. O homenageado é o fundador Paulo Emílio Salles Gomes, um intelectual orgânico, inquieto e provocador, com uma imensa capacidade de dramatização e convencimento em suas aulas espetáculos e que vivia na carne o que pensava. Perfeito símbolo da obra que iniciou em 1965 como Semana e só assumindo-se Festival a partir de 1967.

Logo no primeiro ano, recebe prêmios como melhor filme, diretor, argumento, diálogo e ator (Leonardo Villar) a

obra-prima de Roberto Santos, “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, baseado no conto de Guimarães Rosa do livro Sagarana. E não seria exagero se Geraldo Vandré levasse o prêmio de Melhor Música e Hélio Silva a de fotografia, tal é a beleza concreta desse filme em que imaginário, fatalidade, misticismo e explosão de violência se atacam em ritmo magistral de direção e narrativa. Entre os premiados, da primeira Semana de 1965, estão Fernanda Montenegro, melhor atriz em “A Falecida” e Arnaldo Jabor, diretor de “O Circo”, melhor curta. Um início perfeito para este Festival que incorpora, até hoje, o vigor do mestre Paulo em sua cruzada pela consolidação do cinema brasileiro como linguagem, temática e olhar específico das nossas virtudes e vícios.



Paulo, este ano, está no centro dos seminários e oficinas em cinco dias (22 a 27 de novembro) no Hotel Nacional: discussões sobre roteiros, o pensar-cinema, prática de atuação para a câmera, encontros de pesquisadores, discussões sobre alternativas e dois específicos sobre Paulo Emílio — o de Marcelo Lyra com três dias (22 a 24) sobre a biografia, a obra, o ensaísta, o crítico e o professor, e o debate “Por que Paulo Emílio?”, (dia 25) com Maria do Rosário Caetano, José Inácio de Melo (seu biógrafo), Geraldo Sobral e TT Catalão. A entrada é franca, com inscrições prévias. O Festival abre no dia 20 de novembro com a obra restaurada do segundo vencedor (1966) da Semana criada por Paulo: “Proezas de Satanás na Vila do Leva e Traz” de Paulo Gil Soares.

O PENSAR DE PAULO

Paulo Emílio já teve uma mostra paralela em 1997, na gestão Cristovam Buarque, para lembrar a sua lucidez e a sua percepção aguçada em fazer leituras extraordinárias de obras cinematográficas em que história, estética, política, cotidiano e técnicas bailavam sob seu discurso comovente (principalmente as aulas na Escola Parque, lotadas e sob discussões acaloradas). Eis alguns trechos publicados no catálogo da homenagem de 1997:

Sobre Brasília e seu caldeirão regional na promessa de um futuro diferente para o Brasil: “É, sobretudo sociologicamente que a cidade ainda está inacabada. Com apenas resquícios de burguesia e classe média, Brasília é fundamentalmente composta, por um lado, de uma aristocracia política burocrática, e por outro, da massa popular dos

edificadores (candangos). Estes já fazem dela a cidade mais brasileira que a história nacional conheceu. O povo reunido na Estação Rodoviária, a arena provisória dos grandes espetáculos, para assistir ao desfile da “Escola do Salgueiro”, ou num estádio improvisado para admirar Pelé, composto em proporções equilibradas de nortistas, nordestinos, sulistas, gente do centro, do litoral ou do interior, com todos os matices imagináveis de cor e fala, é a primeira comunidade realmente nacional que já se constituiu entre nós. E certamente a mais bela. Se nos adultos a diversidade de origem pode ser notada, nas novas gerações os meninos e meninas que se exibem em festas e espetáculos coletivos já é possível adivinhar a marca humana da revolução brasiliense. Em dois ou três anos, os filhos dos candangos atravessaram um percurso cultural que nas condições chamadas normais, aquelas em que nasceram, teriam exigido três gerações”. (Crônica Abril em Brasília, 1982)

Sobre a libertação das amarras críticas para um olhar consciente do cinema: “O cinema é interessante demais para ficar à mercê de seus críticos. Como a política, a religião, o futebol, os crimes importantes ou as doenças sem importância, o filme é algo de que toda a gente entende a fala. O filme não intimida, essa é a sua força e a sua razão de ser. O crítico, incapaz de reconquistar o diapasão da inocência, sufoca as pulsações mais profundas dos filmes. Resistindo mal à fatalidade corporativa, ele se vincula irresistivelmente aos subguetos do gueto corporativo, e nessa atmosfera opressiva se processa a circulação curta de impressões e preferências. Desenvolvi essas idéias perante o Conselho Diretor da Fundação Cultural ao propor um júri

sem críticos para a I Semana do Cinema Brasileiro. Os Conselheiros não concordaram com as considerações expendidas, mas aceitaram a experiência”. (18-12-1965/Suplemento Literário)

Sobre a importância de estudar cinema e colonialismo: “Mentalidade cinematográfica não significa muita coisa. Cultura cinematográfica, sim. Ela é, aliás, inseparável da cultura *tout court*. Um profissional cinematográfico ou um fanático de clube de cinema podem estar tão longe da cultura cinematográfica quanto alguém que nunca vai ao cinema” (SL I: 95); “Em cinema o subdesenvolvimento não é uma etapa, um estágio, mas um estado: os filmes dos países desenvolvidos nunca passaram por essa situação enquanto os outros tendem a se instalar nela.” (TS: 75); “Não se faz bom cinema sem cultura cinematográfica e uma cultura viva exige simultaneamente o conhecimento do passado, a compreensão do presente e uma perspectiva para o futuro. Enganam-se os que confundem a ação das cinematecas com saudosismo”. (SL I: 96)

Modesto e provocador, duas citações para revelar um pouco o caráter deste fundador do Festival, que conseguiu, incorporar na sua obra e deixar herança no clima do evento brasiliense suas posições de vida e estética: “Apesar de não a possuir no grau que me conviria, sempre gostei muito da inteligência (...) No fundo, minha posição tem sido sempre essa, a de confiar no que não feito ou ainda não vi”. Longa vida ao Festival de Brasília do Cinema Brasileiro sem perder a ousadia, a invenção e o senso crítico que faz desta cidade um símbolo do Brasil das misturas mestiças.

FILMES PREMIADOS DO FESTIVAL DE BRASÍLIA

- 1965** - “A Hora e a vez de Augusto Matraga” de Roberto Santos
- 1966** - “Todas as mulheres do mundo” de Domingos de Oliveira
- 1967** - “Proezas de Satanás na vila de Leva e Tráz” de Paulo Gil Soares
- 1968** - “O Bandido da luz vermelha” de Rogério Sganzerla
- 1969** - “Memórias de Helena” de David Neves
- 1970** - “Os deuses e os mortos” de Ruy Guerra
- 1971** - “A Casa assassinada” de Paulo César Sarraceni
- 1972, 1973 e 1974** — sem festival
- 1975** - “Guerra conjugal” de Joaquim Pedro de Andrade
- 1976** - “Xica da Silva” de Cacá Diegues
- 1977** - “Tenda dos milagres” de Nelson Pereira dos Santos
- 1978** - “Tudo bem” de Arnaldo Jabor
- 1979** - “Muito prazer” de David Neves
- 1980** - “Iracema, uma transa amazônica” de Jorge Bodanski
- 1981** - “O Homem do Pau-Brasil” de Joaquim Pedro de Andrade
- 1982** - “Tabu” de Júlio Bressane
- 1983** - “O Mágico e o delegado” de Fernando Coni Campos
- 1984** - “Nunca fomos tão felizes” de Murilo Salles
- 1985** - “A Hora da Estrela” de Suzana Amaral
- 1986** - “A Cor do seu destino” de Jorge Durán
- 1987** - “Anjos da Noite” de Wilson Barros.
- 2006** - Baixo das Bestas de Cláudio Assis



Luciano Meira, coordenador da Fábrica de Jogos

Vício? Que nada. Agora é treinamento cerebral

Por trás de uma indústria que cresce a olhos vistos, nova geração de videogames desperta inteligência e cognição de crianças, adultos e idosos

Hylda Cavalcanti

Uma nova concepção está mudando o mercado mundial de Videogames. Para muitos pais, ainda hoje, estes jogos são um vício de crianças e adolescentes que atrapalha as tarefas escolares, desvia a atenção dos estudos e leva a certa alienação social. Para os investidores, correspondiam, até bem pouco tempo, a apenas parte de um mercado infanto-juvenil que movimenta bilhões de dólares a cada ano. Mas o que começou a se descobrir, recentemente, foi a extrema capacidade destes jogos de despertar a inteligência, a cognição e a coordenação motora dos usuários de todas as idades – desde crianças às pessoas mais idosas – a partir da nova geração de games. Uma geração bem mais elaborada e dotada de técnicas que permitem estimular, ao máximo, a capacidade cerebral das pessoas.

A mudança, que começou a ser posta em prática a partir de novembro do ano passado, com a entrada em operação do primeiro destes jogos, na verdade foi iniciada seis anos atrás. Em 2001, o pesquisador japonês Ryuta Kawashima divulgou o resultado de estudos feitos por ele, segundo os quais, os videogames tradicionais não estimulavam

determinadas áreas do cérebro consideradas fundamentais para o desenvolvimento do raciocínio (e que precisam ser constantemente treinadas para garantir a boa saúde mental das pessoas).

Kawashima, respeitado em sua área de atuação, foi contactado pela multinacional Nintendo para participar da elaboração de novos programas que mudassem esse tipo de foco. Como resultado, logo após o lançamento de dois novos jogos da segunda geração de videogames – conhecidos hoje, em todo mundo, como os “brain games” – o cientista reconheceu publicamente que estava enganado. A diferença é que estes modernos brinquedos eletrônicos têm como foco, não apenas a conquista de pontos, como antigamente. Mas também, treinamento constante para o cérebro das pessoas. Em suma: os usuários continuam recebendo missões bizarras, como a conquista de bases inimigas ou

a derrota de monstros, por exemplo. Só que agora, são colocados bem no meio da manança e estimulados a procurar soluções que levam em conta fatores como psicologia, cognição e coordenação motora.

A tarefa não é fácil. Envolve equipes que englobam dezenas de roteiristas e podem beirar a comparações com superproduções cinematográficas, tamanha a qualidade do enredo, quantidade de detalhes e cenografia. Mas mostra que, por trás de uma indústria que cresce a olhos vis-

tos, os videogames estão cada vez mais próximos de jovens e adultos de uma forma mais homogênea.

Quando divulgou a pesquisa, em 2001, Ryuta Kawashima mostrou vários testes neurológicos comprovando sua tese e mostrando que, além de não exercitarem o cérebro como deveriam, os videogames poderiam gerar efeitos colaterais como um comportamento anti-so-



cial. Sem falar que faziam com que os usuários, ao jogarem, deixassem de exercitar áreas importantes voltadas para o aprendizado, a emoção e o controle dos impulsos. Segundo o pesquisador, somente as partes cerebrais responsáveis pelo movimento e pela visão vinham sendo estimuladas por estes jogos.

A geração dos brain games engloba teorias e jogos tradicionais por meio de uma tela sensível ao toque. O trabalho resulta, hoje, em dez desafios diferentes, que envolvem desde problemas de matemática a testes de memória. E passaram a se transformar num exemplo de como o mercado de videogame pode utilizar, de forma criativa, jogos de treinamento cerebral. "Recentemente, participei de um seminário onde foi discutida, com grande empolgação por parte dos médicos, a recomendação destes tipos de jogos para os idosos, coisa que antes sequer era cogitada", afirmou o neurologista curitibano Fernando Vasconcelos.



Alunos da Fábrica de Jogos, em Recife, aprendem a desenvolver seus próprios games

FÁBRICA DE JOGOS

Agora, além da certeza de que aguçam os sentidos, o Brasil sai na frente com um projeto inédito, idealizado pelo educador pernambucano Luciano Meira e lançado em maio passado. Trata-se da chamada "Fábrica de Jogos", implantada numa escola pública em Recife (PE), que utiliza tais jogos eletrônicos como ferramenta para desenvolvimento de ações educativas entre os alunos. Idéia que coloca, dessa forma, o país em destaque no uso dos Videogames para construção da educação escolar.

"O objetivo é fazer do vício, um meio dos estudantes desenvolverem habilidades", afirmou Luciano Meira, que além de coordenador e idealizador do projeto, é também professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A fábrica foi lançada em maio passado e, por meio dela, os 426 estudantes do Centro de Ensino Experimental Cícero Dias são estimulados a criar seus próprios jogos, para serem utilizados por meio de celulares e computadores.

A idéia é fazer com que, até 2010, cerca de 40 jogos eletrônicos sejam produzidos pelos alunos da escola e oferecidos a outras instituições públicas de

"Mesmo os jogos de ação podem ser educativos, uma vez que a ação requer, no mínimo, noções de lógica, programação, roteiro e arte". A criação de jogos é um espectro amplo de competências. O objetivo é estimular, ao mesmo tempo, a didática colaborativa e a autodidática".

O sistema procede da seguinte forma: os alunos têm acesso à Fábrica de Jogos todos os dias, com revezamento de turmas e participação dos professores - além de consultores do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar). São criadas equipes de cinco a oito alunos e, aos poucos, cada um deles passa a desenvolver tarefas individuais como design, roteiro ou programação dos jogos.

"A criação de jogos é um espectro amplo de competências. O objetivo da organização em grupo com definição individual de papéis é estimular, ao mesmo tempo, a didática colaborativa e a autodidática, políticas que norteiam o projeto pedagógico da escola", explicou o educador Luciano Meira. Para ele, mesmo os jogos de ação podem ser educativos, uma vez que a ação requer, "no mínimo, noções de lógica, programação, roteiro e arte".

Sendo assim, de acordo com o que se desejar incentivar nos alunos, o trabalho pode partir para o campo da História, Física, Biologia ou demais áreas do conhecimento. "As possibilidades são incontáveis", atestou o educador, para quem fazer inclusão digital no país não se restringe apenas ao acesso de estudantes ao computador. Mas, também, a programas desse tipo.

ensino brasileiras no desenvolvimento de atividades educativas. Para isso, será realizado uma espécie de treinamento pedagógico com os professores, para que conheçam de perto o projeto e o repassem aos seus alunos. E os resultados começam a ser apresentados. Os estudantes já elaboraram um carro de controle remoto, uma maquete com iluminação e uma urna eletrônica.



A equipe do Conselho Tutelar, que costuma salvar crianças da violência e, por vezes, até da morte

Anjos que cuidam

Fabíola Góis

Eles se transformam em anjos das crianças. Sabem a realidade de meninos e meninas que vivem em situação de risco no Distrito Federal. Deixam de lado o trabalho profissional para se dedicar a uma causa. Muitas vezes recebem xingamentos, são ameaçados, viram vilões. Mas o que muita gente não sabe é que os conselheiros tutelares salvam crianças vítimas da violência, e até mesmo da morte.

Os atuais conselheiros tutelares do DF estão distribuídos em 10 cidades e têm mandato até 2009. No ano passado, houve uma atribulada eleição para escolher representantes dos 10 Conselhos Tutelares do DF. Foram 283 candidatos para representar o órgão, criado para zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e do adolescente. Ao todo, 46 mil eleitores compareceram para votar. Na eleição anterior, em 2003, 44 mil eleitores compareceram às urnas na zona eleitoral onde votam.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF (CDCA), que organiza as eleições, registrou aumento no número de candidatos interessados em integrar os Conselhos Tutelares. Eram cerca de 100 em 2003. No ano passado, 343 pessoas se inscreveram, mas nem todos entraram na disputa por não terem todos os requisitos exigidos para a candidatura.

Uma das razões para o maior interesse pelo cargo é a remuneração, que dobrou. O salário do conselheiro agora é de R\$ 2.160. Mas as exigências para o cargo também aumentaram. Só pode

assumir o candidato que provar pelo menos dois anos de experiência em trabalhos com crianças e adolescentes. Em cada Conselho Tutelar, há 15 vagas a serem preenchidas. Os cinco mais votados em cada cidade assumirão as vagas de conselheiros titulares. E os demais serão suplentes. O mandato é de três anos, com direito a uma recondução.

Os Conselhos Tutelares foram criados pela Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990, a mesma que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os conselheiros têm como função levar ao conhecimento do Ministério Público e da Justiça casos de violação do ECA, assessorar o governo local em programas de atendimento a crianças e adolescentes, e fiscalizar entidades que executam programas socioeducativos.

"Eles representam os juízes da Infância na área onde atuam e têm poderes para requisitar ações do estado, como expedição de certidão de

nascimento, encaminhamento para tratamento médico e educacional", afirmou a promotora de Justiça de Defesa da Infância e do Adolescente Leslie Marques. Segundo ela, a instituição da figura dos conselheiros tutelares ajudou a desafogar o Judiciário. "Mas eles não têm atribuição, por exemplo, de decidir por abrigamento ou destituir o pátrio poder", afirmou.

Ainda que a maior procura nos Conselhos Tutelares seja por vagas em creches, há inúmeros casos de abuso sexual e violência doméstica. Em geral, as denúncias de maus tratos chegam por carta, telefone ou pessoalmente. Pais, irmãos, tios e conhecidos são os principais agressores, segundo mostram estatísticas colhidas pelos órgãos de proteção da infância e da juventude. E para atender casos assim, só mesmo com muita vocação.

É o caso do conselheiro tutelar de Samambaia Israel Vieira dos Santos, 33 anos, que deixou a sala-de-aula para se dedicar ao Conselho. Ele ensinava filosofia e ensino religioso na rede pública de ensino do DF. E é um dos que brigam para garantir condições de atendimento para a população do DF.

É o primeiro mandato dele no Conselho, mas Israel tem experiência com adolescentes porque trabalhou no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), no Centro de Desenvolvimento Social de Samambaia, onde mora, na Casa de Semiliberdade, e em escolas. Ele pretende fazer um trabalho preventivo para evitar evasões escolares, conflitos familiares e maus-tratos. "É preciso ter vocação. No meu caso, é uma realização pessoal. Quero ser útil e mudar as condições de vida dessas crianças que sofrem violência doméstica", afirmou.

O conselheiro, no entanto, lamenta a falta de estrutura nos Conselhos, que é uma realidade em quase todas as unidades. Faltam computadores, papéis, material de escritório e até mesmo copos descartáveis. Outra dificuldade é o encaminhamento para creches e vagas para tratamentos psicológicos e de dependência química. A demanda é

muito grande nesses casos.

Existe orçamento próprio para administrar os Conselhos. A Coordenação de Apoio Técnico aos Conselhos Tutelares (Cata) recebe projetos para liberação de verbas e os encaminha para a Secretaria de Justiça do DF, à qual os Conselhos estão subordinados. Já o CDCA executa o fundo orçamentário dos Conselhos. Segundo o secretário executivo do Cata, Fabiano Lago, a dificuldade é maior com a mudança de governo. "Os recursos só poderão ser liberados em 2008", afirmou. Por isso, a interferência dos governos locais nos Conselhos é grande, ainda que tenham caráter autônomo.

A luta dos promotores da Infância e da Juventude do DF é para que os Conselhos sejam um dia bem estruturados. "A verba liberada nunca é suficiente e mesmo as existentes têm sido pouco executados. É preciso engajamento maior dos governos", afirmou a promotora Leslie Marques. Para ela, os Conselhos precisam ter o máximo de garantia para que possam trabalhar com independência.



ELEIÇÃO CONFUSA

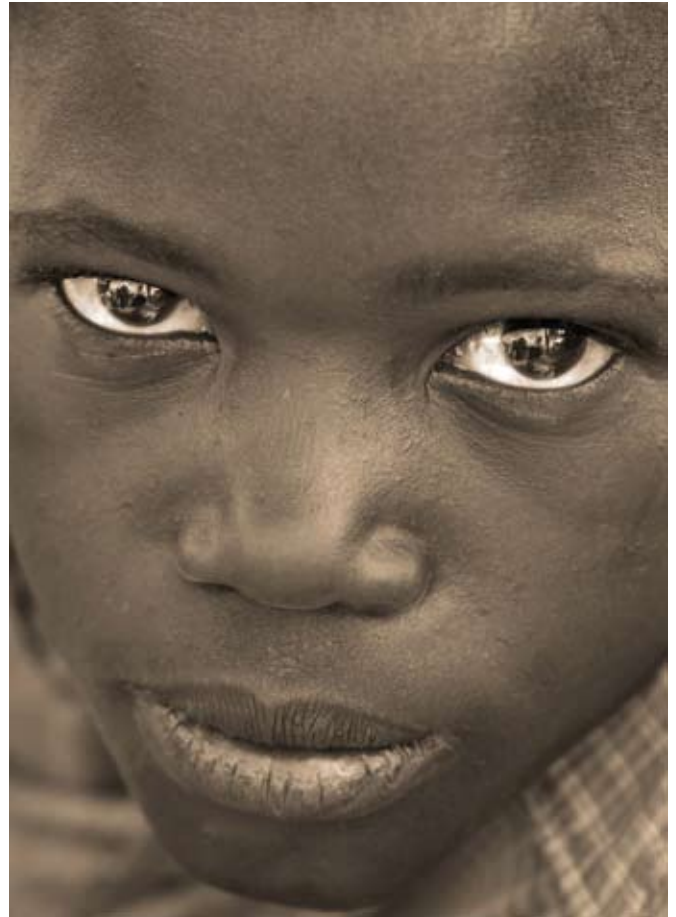
O Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) é responsável por fiscalizar a atuação dos conselheiros tutelares, cujo principal requisito é a idoneidade, e o processo eleitoral. Na eleição passada, a Resolução nº 20, publicada em 25 de maio, disciplinou a propaganda eleitoral para os Conselhos Tutelares. Os candidatos podem fazer campanha até um dia antes da eleição, mas a boca-de-urna e o transporte de eleitores são proibidos, em regras semelhantes às que os candidatos a cargos políticos precisam obedecer.

O Ministério Público pediu a anulação das últimas eleições. O juiz titular da Vara da Infância e da Juventude (VIJ), Renato Rodvalho, chegou a cancelar o resultado do processo eleitoral com uma liminar concedida em agosto. Posteriormente, a decisão foi derrubada no Tribunal de Justiça do DF (TJDF), o que permitiu que os eleitos tomas-

sem posse em novembro do ano passado.

O Ministério Público pediu o cancelamento da eleição devido à falta de publicidade e divulgação das eleições, além de supostas irregularidades constatadas no dia da votação, como atraso na chegada das urnas e na abertura de seções, cédulas com erros de impressão e demora no atendimento dos eleitores.

O problema, na avaliação da promotora Leslie Marques, da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, é a falta de urna eletrônica. O Tribunal Regional Eleitoral do DF alegou que não haveria possibilidade de cadastrar todos os eleitores para o pleito. “Na verdade, o que falta é alteração na atual legislação, que não diz que os eleitores para votação dos integrantes do Conselho Tutelar são os mesmos para os demais cargos eletivos, sem necessidade de cadastramento prévio”, explicou a promotora.



PARA SABER MAIS:

O que é Conselho Tutelar?

É um órgão público de caráter autônomo e permanente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e juventude, conforme os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. É formado por cinco membros titulares e 10 suplentes escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução. Eles são representantes do juiz da Vara da Infância e da Juventude na localidade.

Quem são os Conselheiros?

São pessoas que têm o papel de porta-voz das suas respectivas comunidades, atuando junto a órgãos e entidades para assegurar os direitos das crianças e adolescentes. São eleitos 5 membros titulares e 10 suplentes por meio do voto direto da comunidade, para mandato de 3 anos.

Conheça as principais atribuições do Conselho Tutelar:

- Atender às crianças e adolescentes que tiverem seus direitos ameaçados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta; omissão ou abuso dos pais ou

responsáveis; ou em razão de sua conduta.

- Receber a comunicação (obrigatória) dos casos de suspeita ou confirmação de maus tratos; de reiteradas faltas injustificadas ou de evasão escolar; após esgotados os recursos escolares; e de elevados níveis de repetência.
- Requisitar o serviço social, previdência, trabalho e segurança, ao promover a execução de suas decisões.
- Atender e aconselhar os pais e responsáveis, podendo aplicar algumas medidas, tais como encaminhamento a cursos ou programas de

orientação e promoção a família e tratamento especializado.

- Assessorar a os governos na elaboração de propostas orçamentárias, com a finalidade de garantir planos e programas de atendimento integrado nas áreas de saúde, educação, cidadania, geração de trabalho e renda a favor da infância e juventude.
- Encaminhar a notícia de fatos que constituem infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente. Incluir no programa de auxílio, orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos.

Mais informações sobre Conselhos Tutelares:

- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF — SEPN 515, Bloco A, Edifício Banco do Brasil, Sala 207, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h. Informações: 3347-0076 e 3347-0078.

2º CONCURSO LITERÁRIO RAQUEL DE QUEIROZ



INSCRIÇÕES DE
29/10/2007 A 29/02/2008

FICHA DE INSCRIÇÃO DISPONÍVEL NO SITE:

WWW.SINDJUSDF.ORG.BR
OU NO SINDJUS

SDS - EDIFÍCIO VENÂNCIO V - SALAS 111/113/114.

CADA CONCORRENTE PODERÁ
INSCREVER-SE NAS SEGUINTE MODALIDADES:

CONTO BREVE, CRÔNICA E POESIA.
O TEMA É LIVRE.

INFORMAÇÕES:
61 3224-9392

Judiciário se informatiza, mas Brasil vive apartheid digital

Daniel Campos

É antiga a discussão acerca da morosidade dos processos judiciais. A demora se tornou o maior fator de insatisfação da sociedade com o Judiciário brasileiro. E quando se fala em morosidade, imediatamente é feita a inevitável associação com a imensa burocracia que reina na prestação jurisdicional. Só no ano passado chegaram 680 toneladas de processos ao Superior Tribunal Federal.

Mas parece que esse cenário vai mudar. A informatização da Justiça brasileira segue a passos largos. Essa medida foi possível graças à Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, sancionada pelo presidente Lula. Segundo Lula, “a utilização dos novos insumos tecnológicos é um instrumento importante para a superação da burocracia e dos gargalos que emperram o andamento dos processos.” Hoje, 72% dos serviços do governo federal são oferecidos na rede mundial de computadores. O mais conhecido é o recebimento de declaração de Imposto de Renda.

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu um prazo de quatro anos para que o Judiciário esteja totalmente informatizado — da folha de pagamento das Comarcas ao processo judicial. Para transformar esse projeto em realidade, o Conselho está investindo pesado. São R\$ 60 milhões para

implantar o processo virtual, que ajuda no combate à morosidade. Esse processo pode ser até cinco vezes mais rápido do que em meio físico, já que quase 70% do tempo do processo é gasto com a burocracia. É o chamado tempo morto. O processo virtual já foi instalado na Justiça Federal e está avançado na Justiça do Trabalho.

ECONOMIA

Além da economia financeira — cada processo custa, em média, R\$ 20 apenas com insumos — gerando custos na ordem de R\$ 800 milhões, segundo estimativa do Conselho Nacional de Justiça, tal economia também é ambiental. Por ano, são gastas 46 mil toneladas de papel em processos no país. Para isso, é preciso cortar cerca de 690 mil árvores, o que implica no desmatamento de uma área aproximada de 400 hectares. Além disso, o consumo de água para fabricar o papel é de cerca de 1,5 milhão de metros cúbicos. A informatização do Judiciário contribui para um planeta mais saudável.

FÓRUNS DIGITAIS

Sem poeira ou papelada, funciona o primeiro

Fórum Digital de São Paulo, inaugurado em julho deste ano, na zona oeste da capital paulista. O Fórum Regional da Nossa Senhora do Ó é o primeiro totalmente informatizado do país. Possui três varas cíveis, uma de família e sucessões no bairro e nenhum processo em papel. Normalmente, a média de duração de um processo em primeira instância vai de um a dois anos. No Fórum Digital, o mesmo processo é solucionado até em três meses.

No sistema tradicional, o processo demora até dez dias apenas para se tornar processo. No processo eletrônico, o advogado encaminha a petição do escritório ou de casa, pela internet. A maioria dos tribunais já disponibiliza sistemas de petição virtual, inclusive os superiores e o Supremo. Distribuída instantaneamente, a

petição recebe capa eletrônica, já tem numeração e vai com vista

para o juiz. Se ela chega ao Fórum em papel, é digitalizada com

scanner.

Com essa informatização é preciso ocorrer uma adaptação do trabalho do servidor, que deve estar em sintonia com a informatização. Os tribunais têm de assumir a responsabilidade por essa adaptação. Qualquer idéia no sentido de que os servidores serão dispensados com o advento das “máquinas” deve ser ignorada. A tecnologia deve auxiliar o trabalho dos servidores e não competir com eles, afinal, com essa informatização o número de demandas judiciais deve aumentar proporcionalmente ao aceleração das decisões, tornando ainda indispensável o trabalho deles. Se bem conduzida, a reforma tecnológica do Judiciário além de beneficiar o cidadão que pede auxílio à Justiça, também promete revolucionar, para melhor, a vida dos servidores.

Mas ainda há muito a ser feito e há resistências. O maior desafio não está no imenso trabalho material de equipar e modernizar o Judiciário, mas à missão de vencer o conservadorismo das mentes que operam a Justiça no país. A assinatura digital, que veio para agilizar e reduzir o trabalho braçal dos juízes, também enfrenta resistência. Os primeiros mandados de averbação da Freguesia do Ó, recebidos pelos cartórios, foram ignorados.



Além disso, procedimentos físicos, como mandados e alvarás, ainda têm de ser materializados para gerar efeito perante terceiros, como cartórios e bancos.

Há ainda a inclusão digital a ser trabalhada. A utilização da internet ajuda a desburocratizar a vida dos brasileiros, mas também é preciso dar condições para existir esse acesso.

CONDIÇÕES PARA O ACESSO

A Justiça vai se modernizando, mas a internet ainda está longe da maioria dos brasileiros. Hoje no Brasil, apenas um percentual reduzido da população, em torno de 10% a 11%, têm contato com microcomputadores e Internet, seja no trabalho ou em casa. “O certo é que 89% dos brasileiros são excluídos digitais, que perdem chances de ascensão social”.

Também chamada por alguns de Apartheid Digital, a Exclusão Digital vem crescendo em progressão geométrica com a informatização dos serviços públicos básicos.

Há um fosso de exclusão digital no

país. Em Brasília, por exemplo, os 10% mais ricos têm índice de acesso de 76%, equivalente ao da Holanda. Já entre a população negra e pobre de Salvador, só 0,5% estão conectados.

Só 30% dos alunos do ensino fundamental estudam em escolas que têm computador. Sem falar que 54% dos brasileiros nunca usaram um computador e 67% nunca navegaram na Internet. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) reconhece a inclusão tecnológica como um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento humano. Em um de seus relatórios, o Brasil, que é hoje a nona economia mundial, ficou em 43º lugar, entre 72 países pesquisados. Atrás de países como Panamá, Trinidad e Tobago e Romênia. O Brasil, de acordo com o relatório do Pnud, é visto como uma grande potência tecnológica, mas conseguiu colocação ruim porque essa tecnologia não chega igualmente para as várias camadas da população.

Diante desse cenário a Justiça brasileira tem uma dupla missão. Promover a informatização interna e construir condições para que a população faça valer esse acesso.

A vez da educação corporativa

Ensino à distância cresce cada vez mais como estratégia de aprendizagem e reciclagem para trabalhadores de todo o país

Hylida Cavalcanti

O aumento dos cursos de ensino à distância conquistou de vez a educação corporativa no serviço público e começa a atingir, também, o Judiciário e o Ministério Público da União (MPU), que cada vez mais avaliam a possibilidade de oferecer e aumentar estes tipos de cursos para treinamento e aprimoramento dos servidores. Entre as muitas vantagens dos cursos

EAD (sigla utilizada para designar Educação à Distância), destacam-se a possibilidade de um atendimento personalizado a cada aluno e o uso do tempo livre por parte destes servidores, permitindo, assim, certa flexibilidade na hora de conciliar as atividades pessoais e profissionais com o estudo.

De acordo com dados do último Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e à

Distância, em 2006 tais tipos de cursos foram proporcionados, em todo o Brasil, para mais de 2 milhões de pessoas. Um número que, conforme a estimativa de educadores, só tende a crescer ainda mais, seja em cursos de extensão, como também de graduação e especialização.

Nessa lista, o Distrito Federal ocupa o quinto lugar em todo o país, ficando atrás apenas dos estados de São Paulo,

Paraná, Rio de Janeiro e Ceará. No período entre 2004 e 2005, o número de alunos matriculados, no DF, foi ampliado de aproximadamente 17 mil para pouco mais de 42 mil – um crescimento de quase 150%.

No TJDF, por exemplo, a área de Recursos Humanos chegou a avaliar a possibilidade de criar, futuramente, uma universidade corporativa, com o objetivo de estimular os servidores na formação de tais

curso – um projeto que ainda não foi definido. E em outros tribunais, como o STJ e o TST, os cursos de EAD têm sido discutidos como uma boa opção para passarem a ser adotados com frequência, num futuro próximo.

Uma tendência que, nada mais é, do que atender às exigências do mercado. “Em qualquer ramo profissional, o que se fala hoje é em educação continuada. Os profissionais, sejam estes da iniciativa privada ou servidores públicos, não podem ficar estagnados diante da demanda imensa de conhecimentos e técnicas que

surtem a cada dia. Reciclar, para quem quer se manter no mercado e ter uma carreira em ascensão, passou a ser imprescindível”, afirmou o educador Mário Lobo, da Universidade de São Paulo (USP).

Lobo apontou os cursos de EAD como o novo segmento que vai ajudar estes profissionais a suprirem a falta de tempo e recursos para fazer cursos de especialização e aprimoramento, inclusive com a ajuda dos locais onde trabalham.

DIFICULDADES

Outro ponto favorável para

o crescimento deste tipo de curso, segundo explicou o diretor da Associação Brasileira de Ensino à Distância (Abed), Marcos Resende, é o fato de que, hoje, o ensino à distância passou a ser não um artigo de educação de luxo, mas principalmente, uma necessidade, diante das dificuldades observadas por parte dos alunos de cursos presenciais. “O EAD será a grande ferramenta para que o Brasil entre no patamar mundial da educação, um panorama que deve mudar, radicalmente, nos próximos cinco anos”, prevê o dirigente da Abed.

Mas os cursos ainda enfrentam resistência de muita gente que os questiona e se apresenta cética em relação à qualidade do ensino oferecido, já que os alunos não frequentam as salas de aula todos os dias. O que nada significa para os que trabalham com tal segmento. Para Mário Lobo, por exemplo, várias pesquisas têm comprovado, em todo o mundo, que a qualidade da educação oferecida em tais cursos é excelente, com professores de altíssimo nível. Prova disso é que o segmento vem sendo adotado, nos últimos anos, por várias universi-

O Distrito Federal ocupa o quinto lugar em todo o país no oferecimento de cursos EAD, ficando atrás apenas dos estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Ceará. No período entre 2004 e 2005, o número de alunos matriculados, no DF, foi ampliado de aproximadamente 17 mil para pouco mais de 42 mil – um crescimento de quase 150%.

“Em qualquer ramo profissional, o que se fala hoje é em educação continuada. Os profissionais, sejam estes da iniciativa privada ou servidores públicos, não podem ficar estagnados diante da demanda imensa de conhecimentos e técnicas que surgem a cada dia. Reciclar, para quem quer se manter no mercado e ter uma carreira em ascensão, passou a ser imprescindível”.



dades brasileiras de renome - tanto instituições públicas quanto de ensino privado.

Uma teoria que é confirmada de perto pelo diretor do Centro de Educação à Distância (Cead) da Universidade de Brasília (Unb), Sylvio Quezado. Quezado acredita que o ensino à distância corresponde a um processo irreversível no país, sobretudo em virtude do tempo de aprendizado para os alunos e do custo dos cursos oferecidos.

NOVO APRENDIZADO

Em tese de doutorado do Centro Universitário Álvares Penteado (Unifecap), a educadora Deborah Ribeiro chamou a atenção para a importância das empresas e órgãos do setor público passarem a ampliar seus esforços no sentido de oferecer melhor educação corporativa para os trabalhadores. Segundo ela, a era do planejamento estraté-

gico, que vigorou até a década de 90, está se transformando rapidamente na era do aprendizado organizacional.

“É preciso estabelecer parcerias profícuas e revitalizadoras entre universidades ou institutos de ensino superior tradicionais nesta nova modalidade de educação corporativa para acompanhar as mudanças que vêm sendo observadas”, ressaltou.

A doutora enfatizou, também, a importância de cada vez mais, os órgãos públicos e empresas da iniciativa privada exigirem dos trabalhadores um processo de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos que levem a melhor capacitação técnica e cultural dos profissionais. Para isso, os recursos humanos existentes em cada local de trabalho precisam ser aperfeiçoados por meio de mecanismos globais de cultura e da educação – seja esta formal, não formal ou informal, contanto que de

forma sistemática.

É neste sentido que os programas de educação corporativa, de acordo com Deborah, têm se destacado como um sistema de desenvolvimento de pessoas e talentos humanos, alinhando as estratégias operacionais apresentadas, para que delas possa ser tirada grande vantagem que leve a uma maior competitividade e melhor qualidade dos serviços oferecidos.

Motivos que apontam, portanto, que a hora é dos órgãos que já possuem cursos EAD, assim como os que ainda estão estudando a possibilidade de implantá-los, começarem a correr atrás deste novo segmento do mercado. Afinal, os profissionais já deixaram claro: não se trata apenas da valorização do servidor, mas da melhoria do serviço que é oferecido, como um todo, e da entrada de cada instituição numa nova forma de estratégia gerencial, mais condizente com os parâmetros mundiais.

Parabéns às atitudes por um mundo melhor

NOS HORIZONTES DO MUNDO

Nos movimentos do mundo
cada um tem seu momento
todos têm um pensamento
de vencer a solidão
e quem pensar um minuto
saberá tudo dos ventos
e se tiver sentimento
estenderá sua mão
Nos movimentos do mundo
quem não teve um sofrimento
e não guardou na lembrança
os restos de uma paixão
coração, recolha tudo
essas coisas são do mundo
só não guarde mais o medo
de viver a vida, não
Nos movimentos do mundo
requerer perdas e danos
é abrigar desenganos
sem amor e sem perdão
nos horizontes do mundo
não haverá movimento
se o botão do sentimento
não abrir no coração

Composição:
Paulinho da Viola



A cantora Leila Pinheiro encantou os servidores com o show promovido pelo Sindjus no encerramento da Mostra

Mais do que uma música, os versos de Paulinho da Viola, entoados pela doce voz de Leila Pinheiro, na noite do dia 26 de outubro, traduziram o sentimento do Sindjus na 1ª Mostra Justiça e Bem Viver, sob o tema "Justiça, saúde e responsabilidade ambiental", realizada na Praça dos Tribunais e organizada por diversos tribunais e parceiros. Além de comemorar o Dia do Servidor, o sindicato lançou oficialmente a campanha "Atitude, tenha a sua", na tarde do dia 24, durante a programação do evento.

Colhendo os primeiros frutos dessa campanha, o site atitude (www.atitudetenhasua), desde seu lançamento, tem recebido muitas participações e demonstrado que há uma consciência geral de que é preciso fazer algo para vivermos em um mundo melhor. A Terra é um

planeta pequeno, com recursos finitos e já com idade avançada. Nossas atitudes precisam criar um novo estilo de vida, já que temos que viver dentro das capacidades de fornecimento e de reposição próprios da Terra. A espécie humana ocupou 83% do planeta e consumiu excessivamente, a ponto do planeta já ter ultrapassado em 25% sua capacidade de recarga. A seguir esta lógica, o planeta quebra como qualquer empresa que gasta mais do que ganha. Por isso, por meio de pequenas atitudes, pretendemos despertar um modo sustentável de viver.

Plantar uma árvore, abraçar seu filho, economizar água, ser voluntário em comunidades carentes, respeitar o próximo, dirigir com prudência, não jogar lixo no chão, sorrir, dizer bom dia, eu te amo. Esses são pequenos gestos, mas que fazem

grande diferença, não só em nossa casa, em nosso trabalho, mas para o nosso planeta, como um todo. Precisamos nos aproximar mais um dos outros e divulgar nossas atitudes, comungando de bons exemplos, para que o mundo de amanhã seja mais do que habitável, seja prazeroso de se habitar. Assim, em comemoração ao dia 28 de outubro, o Sindjus quis presentear os servidores de hoje e de amanhã com as sementes de um mundo melhor.

QUALIDADE DE VIDA

Qual é a sua atitude para um mundo melhor? Consciente de que a construção de um mundo mais justo e saudável depende de cada um de nós, o Sindjus criou a campanha "Atitude, tenha a sua", com objetivo de demonstrar aos servidores que um pequeno gesto pode



A Mostra Justiça e Bem Viver foi bastante prestigiada durante os cinco dias de realização

gerar grandes resultados. O site da campanha -www.atitudetenhassua.com.br - já conta com muitas participações de servidores e de cidadãos que, anonimamente, dão sua contribuição para um Brasil melhor.

Para o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, que falou em nome dos servidores durante a abertura do evento, a Mostra tem tudo a ver com o Sindjus, que ao longo de sua trajetória tem desenvolvido um trabalho não apenas de luta por reivindicações salariais e valorização funcional, mas também, de preocupação constante com a qualidade de vida dos servidores. Ele lembrou, inclusive, da campanha "Atitude, tenha a sua", pedindo que os servidores aproveitem este período para fazer uma reflexão sobre a forma como contribuem atualmente para a sociedade e lembrou que, se cada um de nós tomar uma pequena atitude, pode transformar o mundo num lugar melhor. "Esse evento, que também comemora o dia do servidor, é o momento de refletirmos e homenagearmos aqueles que trabalham por justiça", enfatizou.

DIA DO SERVIDOR

Ao lançar a campanha "Atitude, tenha a sua", focando a construção de um mundo melhor por meio de pequenas atitudes cotidianas, o Sindjus antecipou as comemorações do Dia do Servidor. A data caiu num domingo, mas o lançamento da campanha e o show, pa-

trocinado pelo sindicato como um grande presente para a categoria, aconteceram antes.

Nas comemorações desse 28 de outubro, o Sindjus quis dar um presente diferente para seus associados: as sementes de um mundo melhor. Reconhecendo a importância do papel desenvolvido pelo servidor público na construção diária da nossa nação, o sindicato teve a intenção de colocar no coração de cada um desses guerreiros e guerreiras sementes de atitude para brotarmos, em conjunto, um mundo mais justo e saudável de se viver. Por meio da campanha atitude, que tem a missão de despertar ações positivas e inspirar a sociedade a seguir bons exemplos, o sindicato lançou as bases para que o mundo se torne um lugar melhor de se viver. Pensando dessa forma mais global, queremos plantar um lindo futuro para todos nós.

Mas como toda boa festa merece uma boa música, quem cantou em homenagem aos servidores, que desenvolvem um papel tão importante para o país, foi Leila Pinheiro. E o show teve muita beleza e sentimento, com mensagem para a construção de um mundo melhor. Além de antigos sucessos que marcaram época na voz da cantora paraense, os servidores foram brindados com as 11 canções inéditas de "Nos horizontes do Mundo", o 12º disco de Leila, que conta com músicas de Chico Buarque, Ivan Lins e Paulinho da Viola.

Segundo Leila, as músicas cantadas no show são um "não" geral ao desamor do mundo de

hoje, à falta de delicadeza, de cuidado com a vida e com o outro. Para os presentes, o show foi inesquecível, em matéria de emoção e de contexto, enfim, ideal para fechar em grande estilo a semana, quando foi lançada a campanha "Atitude, tenha a sua!". Propague suas atitudes e cultive os bons exemplos, assim como diz a letra da música cantada por Leila Pinheiro: "só não guarde mais o medo de viver a vida". Sem medo de ter atitude, vamos abrir o nosso coração ao botão do sentimento de um mundo melhor.



Insônia atrapalha 45% dos brasileiros

O escritor polonês Schoopenhauer dizia que "o sono é para todos os homens, é como dar corda em um relógio". E você, tem dormido bem ultimamente? Uma pesquisa recente, feita em onze cidades e nove estados do Brasil, revela um dado assustador: 45,3% dos brasileiros dormem mal. Preocupada com a qualidade de seu sono, a Revista do Sindjus, nesta matéria, revela mais detalhes dessa pesquisa preocupante e dá dicas para melhorar seu sono.

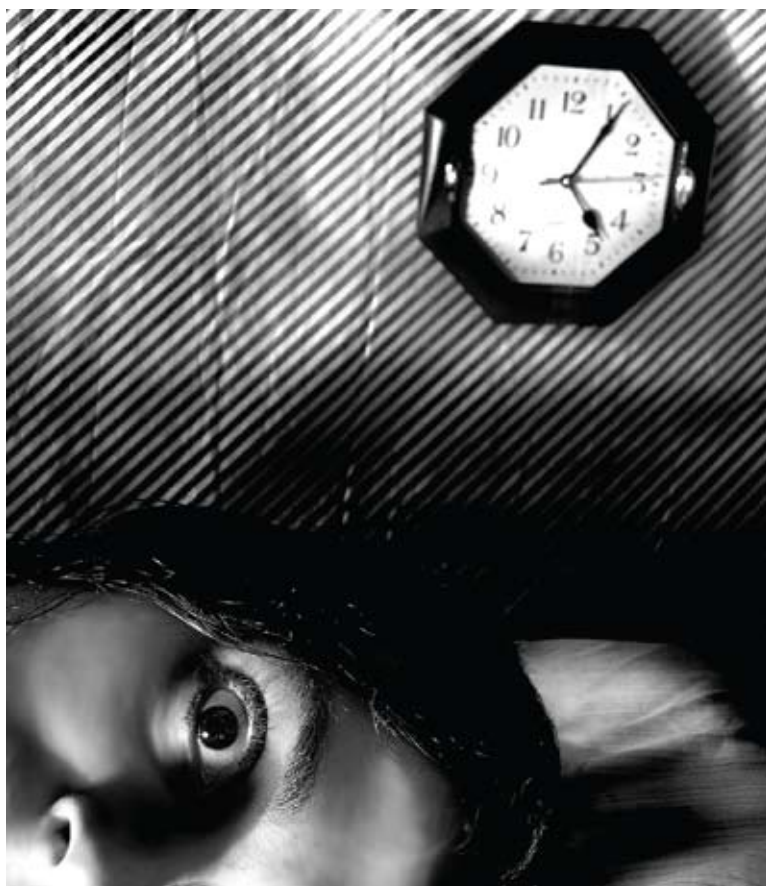
A pesquisa atesta um problema comum no mundo ocidental e sua incidência aumenta à medida que a idade avança. No Brasil, mais de 35 milhões de pessoas sofrem de insônia e 33% da população acima de 16 anos é insone. Desse total, 80% têm insônia freqüente. As mulheres e adultos jovens queixam-se, com mais freqüência, da dificuldade em adormecer, enquanto os indivíduos de meia idade e idosos têm mais dificuldade para manter o sono e despertar de manhã. Porém, apenas 5% dos adultos que se queixam de insônia, procuram o médico para relatar especificamente o problema.

Mas os médicos alertam: dormir pouco tem um preço alto. Dormir nos protege contra o estresse, e os insones sofrem mais desse problema. O indivíduo que dorme mal, rende mal intelectualmente — vai mal à escola, não fica atento no trabalho, é distraído e mal humorado. Isso prejudica os relacionamentos familiares, conjugais ou até a

relação na empresa, dizem os especialistas em sono. Esses sintomas, comuns na vida moderna, prejudicam inclusive a renovação das células, feita durante as horas do sono, o que vai interferir na saúde e no bem-estar do organismo.

A alimentação também é outro fator importante. Deve ser leve e em pequenas quantidades, pois o metabolismo à noite tende a ser mais lento e uma grande quantidade de alimentos dificulta o sono. O ideal é consumir leite morno, pois ele contém uma substância chamada triptofano que melhora o processo do sono.

Hoje, dormimos menos que nossos pais, que dormem menos que nossos avós. É a vida moderna. Os apelos para ficarmos acordados são muitos: televisão, internet, festas, restaurantes. O sono se torna um importante indicador de tempo. Até sermos adultos, o tempo total que passamos a dormir vai diminuindo. Em média, um recém-nascido dorme 16 horas, uma criança de 12 anos, de 8 a 10 horas, e um adulto, de 7 a 9 horas. Já os idosos passam mais tempo na cama, mas demoram a adormecer e acordam com freqüência durante a noite.



DEZ DICAS PARA VOCÊ DORMIR MELHOR

1. Evite barulho e claridade. No escuro o organismo libera a melatonina, que provoca o sono;
2. Se estiver com insônia, um banho morno relaxa e ajuda você a dormir tranquilo;
3. Evite bebidas com cafeína (café, refrigerante) nas seis horas que antecipam seu sono;
4. Relaxe! Deixe as preocupações longe da cama;
5. Evite bebidas alcoólicas, bem como refeições pesadas. Mas evite dormir com fome ou com sede;
6. Estabeleça um horário para acordar e dormir;
7. Não fume, especialmente antes de dormir;
8. Não tome medicamentos para dormir por iniciativa própria;
9. Pratique exercícios no máximo até quatro horas antes de ir para a cama;
10. Não use a cama para ler ou para ver TV.

A cidade é nossa

O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro chega a sua 40ª. edição com homenagem a Paulo Emilio de Salles Gomes e reafirma sua imensa capacidade de resistência (desde 1965) na Capital, que fura bloqueios desde a sua criação: campanhas anti-JK de udenistas de direita; ditadura militar que a queria um quartel imobilizado, feito maquete sem pulsão social; governos populistas, que devastaram o território e o meio-ambiente para criar currais eleitoreiros.

Como o seu Festival, marcado pela polêmica e discussão apaixonada do cinema brasileiro, a cidade permanece em convite para a legitimação de seus espaços públicos, pela arte e a força da cultura popular, atividades como a do último Festival de Cultura Popular, promovido pelo grupo Seu Estrelo e Fuá de Terreiro (dias 26, 27 e 28 outubro) em plena Esplanada dos Ministérios. Circo, maracatu, catiras, folias, samba rural, cavalo-marinho, forró e congos juntam-se aos momentos cívicos da Esplanada, quando passeatas e caminhadas de cidadania, promovidas por grupos políticos organizados, demonstram que somos nós os autores das autoridades. A cidade é nossa!

